

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 1 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Comissão de Contratação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, inscrito no CNPJ sob nº 22.112.109/0001-53, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situada na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 669/2026 TIPO: MENOR PREÇO SRP	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 08h30min do dia 11/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XXIV – Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose; Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose; Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose; Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose; Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 8.857.750,00** (Oito milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais)

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras>. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/compras> e no Portal do Compras Paraná, www.comprasparana.pr.gov.br; Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Saionara Cristina Bocalon e equipe de apoio, designadas pela Portaria n.º 579/2025, servidores(as) do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR.

E-mail: closeed@fundepar.pr.gov.br

Telefones: (41) 2117-8288 / 2117-8287 / 2117-8314

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 2 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Endereço: Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral – CEP 80.035-050 Curitiba / Paraná.

O atendimento será feito no horário das 8h30min às 12:00 horas e das 13h30min às 17h30min.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico GMS/Compras Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br) ou pelo e-mail da Comissão de Contratação (closeed@fundepar.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Caso o recebimento se dê por e-mail da Comissão, este também será transcrito no sítio do Compras Paraná.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os documentos pertinentes ao certame (Edital, anexos, elementos técnicos) estarão à disposição dos interessados no sítio do GMS/Compras Paraná e no Portal da Transparência, pelo link <https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes> informando o Ano “___”, o Número do Edital “___”.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é a soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote, fixada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3.º do Art. 81 do Decreto n.º 10.086/2022) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 3 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.
2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3.º do Art. 81 do Decreto n.º 10.086/2022) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 GARANTIA:

5.1. Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VII).

6 CONSÓRCIO:

6.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I.I – Manual de Especificação Técnica;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgão/Local(is) de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X - Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras>

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.gov.br/compras>).

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 4 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual Portal Nacional de Compras Públicas, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras> ou, ainda, por meio dos telefones **(41) 2117-8288 / 2117-8287 / 2117-8314** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual [Portal do Compras do Governo Federal] implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.3.1 o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 6 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 7 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 8 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema ou correio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 9 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no Portal da Transparência no site <https://www.transparencia.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Comissão de Contratação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 10 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 Não há interesse por parte desta Administração, e em conformidade com o inciso IV, art. 291 do Decreto nº 10.086, de 2022, considerando-se as justificativas do setor demandante, a adesão à Ata de Registro de Preços.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

11.7.2 O reajuste dos preços será feito de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado de **18/03/2026**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 11 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 12 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 20 de maio de 2026

Saionara Cristina Bocalon
Pregoeira
Portaria 579/2025- Fundepar

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 13 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XXIV – Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose; Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose; Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose; Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose; Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme especificações da planilha abaixo:

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	6.000 Kg	R\$ 88,54	R\$ 531.240,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 83,04	R\$ 249.120,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	4.000 Kg	R\$ 79,11	R\$ 316.440,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 85,53	R\$ 256.590,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 92,22	R\$ 184.440,00
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten	Conforme especificações constantes no Manual de	Kg	2.000 Kg	R\$ 106,92	R\$ 213.840,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 14 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

	e lactose GMS: 8918.110046	Especificação Técnica				
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	600 Kg	R\$ 92,88	R\$ 55.728,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 82,10	R\$ 164.200,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	600 Kg	R\$ 78,35	R\$ 47.010,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	300 Kg	R\$ 84,89	R\$ 25.467,00
TOTAL					R\$ 2.044.075,00	

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	9.000 kg	R\$ 88,54	R\$ 796.860,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 92,71	R\$ 278.130,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	6.000 Kg	R\$ 79,11	R\$ 474.660,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 15 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 96,14	R\$ 288.420,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 111,67	R\$ 223.340,00
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 114,53	R\$ 229.060,00
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 131,76	R\$ 105.408,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 120,04	R\$ 240.080,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 85,41	R\$ 68.328,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	400 Kg	R\$ 87,91	R\$ 35.164,00
TOTAL					R\$ 2.739.450,00	

Lote 3	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	7.000 Kg	R\$ 90,81	R\$ 635.670,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 16 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 91,71	R\$ 275.130,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	5.000 Kg	R\$ 83,26	R\$ 416.300,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 94,97	R\$ 284.910,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 110,27	R\$ 220.540,00
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 113,13	R\$ 226.260,00
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	700 Kg	R\$ 130,56	R\$ 91.392,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 117,37	R\$ 234.740,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	700 Kg	R\$ 85,41	R\$ 59.787,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	300 Kg	R\$ 86,77	R\$ 26.031,00
TOTAL					R\$ 2.470.760,00	

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 17 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Lote 4	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	5.000 Kg	R\$ 91,81	R\$ 459.050,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 92,38	R\$ 184.760,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	4.000 Kg	R\$ 84,26	R\$ 337.040,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 95,64	R\$ 191.280,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	1.000 Kg	R\$ 111,07	R\$ 111.070,00
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 113,13	R\$ 90.504,00
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	500 Kg	R\$ 131,16	R\$ 65.580,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 119,04	R\$ 95.232,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 18 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	500 Kg	R\$ 85,41	R\$ 42.705,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	300 Kg	R\$ 87,48	R\$ 26.244,00
TOTAL					R\$ 1.603.465,00	

Valor total estimado para a licitação de: **R\$ 8.857.750,00** (Oito milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais)

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

1.2.1 As características dos gêneros alimentícios estão descritas no Manual de Especificação Técnica (Anexo) para registro de preços modalidade pregão eletrônico.

1.2.2 Antes da contratação, se for de interesse do Departamento de Nutrição e Alimentação poderão ser solicitadas produtos para verificação da conformidade com o descritivo técnico apresentado no momento da habilitação e o Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.2.3 A empresa contratada deverá disponibilizar os itens contratados para análise laboratorial, previamente ao início de cada etapa de entrega. Nos casos em que não houver unidade de armazenamento localizada na cidade de Curitiba, a empresa deverá, obrigatoriamente, providenciar o envio, com a devida antecedência, dos itens referentes a cada lote contratado ao laboratório indicado pelo FUNDEPAR, a fim de viabilizar a realização das análises previstas no Manual de Especificação Técnica, Padrão de Identidade e Qualidade. Ressalta-se que a distribuição dos produtos aos estabelecimentos de ensino somente poderá ocorrer após a conclusão e aprovação das referidas análises.

1.2.3.1 O fornecedor deverá disponibilizar produtos referentes ao objeto e quantitativos contratados para verificação das conformidades de acordo com MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA no mínimo 30 dias corridos antes da data prevista para o início das entregas nos estabelecimentos de ensino. Será enviado um e-mail, solicitando todas as informações (endereço, data, responsável e entre outras informações necessárias), que serão repassadas ao laboratório contratado pelo FUNDEPAR e responsável pela coleta das amostras.

1.2.3.2 Os itens contratados disponibilizados para análise pelo laboratório contratado, deverão ser dos mesmos lotes que serão entregues, estando dentro do prazo de validade.

1.2.4 Os procedimentos de inspeção, coleta e análise dos produtos coletados nos locais indicados no item anterior seguirão os padrões estabelecidos no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo ao Edital).

1.2.5 Em qualquer tempo os produtos poderão ser coletados diretamente nos estabelecimentos de ensino ou Central de Distribuição indicada pelo fornecedor para realização das análises descritas no Manual de Especificação Técnica, Padrão de Identidade e Qualidade.

1.2.6 Poderão ser efetuadas outras análises laboratoriais para a determinação de contaminação por microrganismos, substâncias tóxicas e sempre que se tornar necessária à obtenção de dados sobre a composição, estado higiênico-sanitário do produto e outros.

1.2.7 Poderá ser realizada a análise de amostras dos itens:

1.2.7.1 Antes da contratação do lote, mediante solicitação da Administração Pública, para verificação da conformidade com o descritivo técnico apresentado no momento da habilitação e o Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.2.7.2 Após a contratação do lote, mediante a realização de coleta e análises laboratoriais pelo laboratório contratado pelo FUNDEPAR. As características dos produtos serão aferidas com base nos critérios e parâmetros definidos no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo I.I).

1.2.8 Em qualquer fase durante a vigência do contrato, o Departamento de Nutrição e Alimentação poderá solicitar apoio e/ou conteúdo técnico para confecção de manuais e orientações às unidades escolares, relacionados aos produtos contratados, bem como a solicitação de amostras para realização de testes de aceitabilidade.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 19 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1.2.9 A Administração rejeitará a entrega do produto caso algum dos Certificados de Análises esteja em desacordo com as exigências do Manual de Especificação Técnica, Padrão de Identidade e Qualidade ou não contenha todos os dados exigidos.

1.2.10 A equipe técnica do Departamento de Nutrição e Alimentação poderá, em qualquer momento, realizar visita técnica às instalações da fábrica do fabricante e/ou fornecedor, como procedimento usual de verificação da área técnica. Tal prática integra a rotina profissional da nutricionista responsável, com o objetivo de observar as condições de produção e de armazenamento, assegurando que os gêneros alimentícios adquiridos pela Administração atendam aos padrões de qualidade e não representem riscos à saúde dos estudantes.

1.2.11 O Tempo de realização de análise pelo laboratório contratado pelo FUNDEPAR será de acordo com o Manual de Especificação Técnica (Anexo).

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 A padronização está descrita no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I).

1.3.2 A entrega do descritivo técnico solicitada pela equipe técnica conforme padronização detalhada do Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I) será indispensável à empresa vencedora para fins de cadastramento no Sistema Eletrônico de distribuição e entrega universal do produto padronizado aos estabelecimentos de ensino.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 A quantidade do produto enviado aos estabelecimentos de ensino será definida pela Administração e será entregue em tantas etapas forem solicitadas pela administração pública, com intervalos definidos em contrato.

1.4.2 A empresa vencedora deverá entregar os objetos, nas condições estabelecidas no MANUAL ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo ao Edital) e nos prazos definidos em contrato. O prazo para a entrega dos bens será de 20 (vinte) dias corridos descrito em contrato, contado a partir da data inicial estabelecida em contrato, devendo a entrega ser concluída na data final nele prevista, com entrega de segunda a sexta-feira.

1.4.3 A CONTRATADA deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar os objetos, conforme as condições e necessidades do órgão deste registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses.

1.4.3.1 O início de cada etapa de entrega deverá ocorrer prioritariamente na região indicada pela Administração, de acordo com a necessidade do produto, podendo ainda ser definida por critério de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

1.4.4 As entregas dos produtos deverão ser realizadas diretamente nos estabelecimentos de ensino da rede estadual (lista de endereços em Anexo), nas condições estabelecidas no Manual de Especificação Técnica (Anexo ao Edital), em veículo de transporte exclusivo para a carga contratada.

1.4.4.1 A lista pré-estabelecida de endereços (em Anexo) contempla a totalidade das escolas da rede estadual de ensino; entretanto, as entregas ficarão restritas às unidades escolares que possuam alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) contempladas neste edital, quais sejam: Doença Celíaca, Alergia ao Ovo, Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) e alimentação vegana.

1.4.4.2 A cada entrega, a relação de escolas atendidas será atualizada, considerando o cadastro vigente de alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs).

1.4.4.3 Poderá ocorrer a inclusão ou exclusão de unidades escolares em cada entrega, em decorrência do ingresso ou desligamento de alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) ao longo do ano letivo.

1.4.5 A cada entrega deverá ser realizada nova verificação das conformidades dos produtos, considerando que se trata de entrega parcelada. As verificações, bem como a inspeção e coleta dos itens contratados antes das entregas estão detalhadas no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo ao Edital);

1.4.6 O envio das planilhas e guias de remessa estará condicionado a aprovação dos laudos emitidos pelo laboratório contratado pelo Fundepar, por meio de parecer técnico da equipe técnica da Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar (CPA);

1.4.8 Os produtos serão recebidos:

1.4.8.1 Provisoriamente, a partir da entrega prevista em contrato, os produtos serão submetidos à verificação de conformidade com as especificações constantes do Edital, ao prazo de 20 dias e mediante análise em laboratório contratado pelo FUNDEPAR, até a emissão da aprovação do laudo técnico previsto no Manual de Especificação Técnica.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 20 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1.4.8.2. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a entrega dos produtos que estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas, a qualquer tempo durante o processo de entrega.

1.4.8.3 Os produtos entregues deverão seguir padrão detalhado em descritivo técnico conforme o Manual de Especificação Técnica e em caso de troca de marca ou/e capacidade das embalagens, deverá ser encaminhada solicitação prévia pelo e-mail: fundepar.cpae@fundepar.pr.gov.br para análise e aprovação pela equipe técnica e em conformidade ao Manual de Especificação Técnica (Anexo).

1.4.9 A Administração irá solicitar o descritivo técnico e o croqui do rótulo em conformidade com Manual de Especificação Técnica (Anexo) que tem por objetivo garantir a qualidade da futura contratação.

1.4.9.1 Entende-se por croqui do rótulo como o delineamento do espelho do produto, contendo todos os itens obrigatórios do rótulo definitivo.

1.4.10 O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, a contar da solicitação efetuada pelo Pregoeiro(a), juntamente com os demais documentos e exclusivamente por meio de sistema eletrônico: **1) Descritivo técnico; 2) Croqui do rótulo**; a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, em conformidade com o disposto no art. 40 da Resolução/CD/FNDE nº 04/2026.

1.4.10.1 A documentação prevista no subitem anterior tem por finalidade subsidiar a análise de conformidade da proposta com as especificações técnicas constantes do edital e seus anexos, nos termos do art. 40 da Resolução/CD/FNDE nº 04/2026.

1.4.11 O descritivo técnico e o croqui do rótulo serão submetidos à avaliação, sendo realizada por no mínimo 2 (dois) nutricionistas da Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar;

1.4.12 Compete ao Departamento de Nutrição e Alimentação examinar o descritivo técnico e emitir o Termo de Aprovação/Reprovação no momento da entrega do documento;

1.4.13 O critério de exame do descritivo técnico se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I), no Manual de Especificação Técnica e às informações técnicas prestadas pelo arrematante;

1.4.14 O critério de avaliação do croqui do rótulo se restringe à verificação da presença dos seguintes itens obrigatórios, com base na Lei nº 10.674/2003 e RDC Nº 429, de 8 de outubro de 2020 e IN nº 75, de 8 de outubro de 2020:

- a) Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica);
- b) Marca;
- c) Composição (ingredientes de acordo com o PIQ);
- d) Informação Nutricional
- e) Não contém glúten - seguro para celíacos (obrigatório em todos os produtos)
- f) Não contém lactose (obrigatório em todos os produtos)
- g) Não contém leite e derivados – seguro para APLV (obrigatório em todos os produtos)
- h) Não contém ovos (obrigatório em todos os produtos)
- i) Produto Vegano (quando exigir - conforme PIQ do produto)
- j) Modo ou sugestão de preparo (em micro-ondas e air fryer);
- k) Conservação (temperatura de manutenção do congelamento);
- l) Data de validade ou Prazo de validade (Neste formato: válido até __/__/__);
- m) Identificação do fabricante ou embalador;
- n) Endereço do fabricante ou embalador;
- o) Peso líquido;
- p) Número do lote;
- q) Código de barras EAN-13;

1.4.15 O Departamento de Nutrição e Alimentação através da equipe técnica, procederá avaliação técnica observando rigorosamente as informações contidas no descritivo técnico e observando os critérios a seguir:

- a) Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica);
- b) Informações do fabricante (Nome, endereço, CNPJ, telefone e e-mail);
- c) Informações da marca;
- d) Composição (Ingredientes e nomenclatura conforme PIQ);
- a. Todos os aditivos alimentares devem ser especificados (tipo e natureza);
- e) Informação nutricional;
- f) Alegações obrigatórias conforme o PIQ (Não contém glúten/ Não contém lactose/ Não contém leite e derivados – seguro para APLV/ Não contém ovos /Produto vegano)

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 21 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

- g) Modo de conservação (temperatura de manutenção do congelamento);
 h) Modo ou sugestão de preparo (em micro-ondas e air fryer);
) Tipo e capacidade da embalagem primária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem primária; a embalagem deverá ser livre de Bisfenol A);
 j) Tipo e capacidade da embalagem secundária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem secundária);
 k) Data de validade ou Prazo de validade (Neste formato: válido até __/__/__);
 l) Empilhamento máximo recomendado (durante o transporte);
- 1.4.16 O recebimento do descritivo técnico será registrado em formulário próprio, conforme modelo a seguir:

FORMULÁRIO DE RECEBIMENTO, AVALIAÇÃO E PARECER CONCLUSIVO

1. INFORMAÇÕES GERAIS	
Nome do Produto:	
Pregão nº:	Lote:
Marca:	
Fabricante:	
Proponente:	CNPJ:
2. RECEBIMENTO	
Data de recebimento: __/__/__	
Envio pelo e-mail:	
3. AVALIAÇÃO	
Data da avaliação: __/__/__	
Critério 1 – As informações do descritivo técnico atendem às especificações técnicas?	
<ul style="list-style-type: none"> - Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica); - Informações do fabricante (Nome, endereço, CNPJ, telefone e e-mail); - Nome da marca; - Ingredientes (nomenclatura de acordo com o PIQ); <ul style="list-style-type: none"> - Todos os aditivos alimentares devem ser especificados (tipo e natureza); - Informação nutricional; - Modo de conservação (antes e após aberto); - Modo de preparo (quando necessário); - Tipo e capacidade da embalagem primária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem primária; a embalagem deverá ser livre de Bisfenol A); - Tipo e capacidade da embalagem secundária (descrever a embalagem sem abreviações; utilizar apenas uma capacidade de embalagem secundária); - Validade (antes e após aberto); - Empilhamento máximo recomendado (durante o transporte). 	
() Sim () Não	
Observações:	
Critério 2 — Ausência de ingredientes não permitidos (a presença de ingredientes não permitidos acarretará em reprovação da amostra)	
() Sim () Não	
Observações:	

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 22 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Critério 3 – As informações do croqui do rótulo atendem às especificações técnicas?

- Denominação (Nome específico que indique a natureza e característica);
- Marca;
- Composição (ingredientes de acordo com o PIQ);
- Informação Nutricional
- Não contém glúten - seguro para celíacos (obrigatório em todos os produtos)
- Não contém lactose (obrigatório em todos os produtos)
- Não contém leite e derivados – seguro para APLV (obrigatório em todos os produtos)
- Não contém ovos (obrigatório em todos os produtos)
- Produto Vegano (quando exigir - conforme PIQ do produto)
- Modo ou sugestão de preparo (em micro-ondas e air fryer);
- Conservação (temperatura de manutenção do congelamento);
- Data de validade ou Prazo de validade (Neste formato: válido até __/__/__);
- Identificação do fabricante ou embalador;
- Endereço do fabricante ou embalador;
- Peso líquido;
- Número do lote;
- Código de barras EAN-13;

() Sim

() Não

() Não se aplica

Observações:

4. PARECER CONCLUSIVO

Produto aprovado?

() Sim () Não

A equipe técnica responsável pela avaliação técnica, de acordo com os critérios propostos, considera que o descritivo técnico do item avaliado está **satisfatório ou insatisfatório**, estando o produto **apto ou inapto, com ou sem necessidades de alteração**, a ser adquirido para compor os cardápios dos estabelecimentos de ensino estaduais do Paraná, por esta empresa proponente.

Observação: Em caso de não conformidade, os ajustes deverão ser adequados de acordo com os itens 1.4.18, 1.4.18.1 e 1.4.18.2.

Equipe que realizou a avaliação do descritivo:

Nome: _____ Função: _____ RG: _____

Nome: _____ Função: _____ RG: _____

Nome: _____ Função: _____ RG: _____

Responsável pela avaliação técnica:

RG: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

1.4.17 Critérios para aprovação: estará aprovado o produto que obtiver avaliação global “satisfatória” considerando os três critérios de avaliação técnica da amostra (critério 1) – opção: sim (critério 2) – opção: sim; (critério 3) – opção: sim.

1.4.18 Poderão ser feitos ajustes de eventuais não conformidades do produto pelo fornecedor (critério 1 e

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 23 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

3), desde que não configurem em avaliação insatisfatória. Ressaltamos que não poderão ser alterados os ingredientes, a marca, o fabricante e outros documentos do presente certame.

1.4.18.1 Na análise do descritivo técnico para fins de julgamento da proposta da empresa, as não conformidades referentes aos itens apontados pela equipe do Departamento de Nutrição e Alimentação, deverão ser adequados conforme descrito no formulário 1.4.16, e o descritivo técnico readequado deverá ser reencaminhado para o e-mail closeed@fundepar.pr.gov.br em até 48 horas.

1.4.18.2 Na hipótese a que se refere o item acima, o proponente terá 1 (uma) oportunidade de adequação do descritivo técnico no prazo de até 48 horas a partir da notificação.

1.4.19 Entende-se por entrega do descritivo técnico e do croqui a data na qual ela é efetivamente entregue por sistema eletrônico.

1.4.20 Para o exame do descritivo técnico, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.4.21 Compete ao órgão/entidade examinar o descritivo técnico apresentado e emitir o Termo de Aceite.

1.4.22 Quando o licitante indicar as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, o descritivo técnico apresentado deve ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.4.23 No caso de o licitante vencedor de qualquer um dos lotes ter seu descritivo técnico e/ou croqui do rótulo reprovados ou entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que o descritivo técnico e o croqui do rótulo apresentados sejam aceitos pela Administração.

1.4.24 O licitante que não apresentar o descritivo técnico/croqui do rótulo no prazo previsto no item 1.4.10 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.4.25 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do item da licitação somente de acordo com o croqui e descritivo apresentado e aprovado.

1.4.26 A apresentação e aceite do descritivo técnico e croqui não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.4.27 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do item proposto.

1.5 AMOSTRA

1.5.1 Não se aplica a entrega de amostras no momento da Habilitação Técnica.

1.5.1.1 Para fins de julgamento da proposta do certame, a verificação da conformidade do bem ofertado com as exigências técnicas estabelecidas no Manual de Especificação Técnica e no Padrão de Identidade e Qualidade será realizada, exclusivamente, mediante entrega do descritivo técnico e croqui do rótulo.

1.5.2 Em qualquer tempo poderão ser coletadas amostras dos produtos diretamente nos estabelecimentos de ensino para realização das análises descritas no Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I), Padrão de Identidade e Qualidade.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1 Em observância à Orientação Administrativa nº 57-PGE, editada pela Resolução PGE nº 150/2022, e em cumprimento à Seção IV, do Capítulo I, do Título I, e ao art. 732 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a futura contratação encontra-se compatibilizada com o Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, em consonância com as orientações da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes. O alinhamento entre a contratação e o planejamento orçamentário foi realizado previamente, com vistas a garantir a racionalidade no uso dos recursos públicos e o atendimento equilibrado das demandas de gêneros alimentícios, observando-se o orçamento estadual e as previsões de transferências federais. A previsão da presente contratação consta do Plano de Contratações Anual de 2025, disponível para consulta pública no portal da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, no seguinte endereço eletrônico: https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2026-02/4133_-undepar_pca_2026_v.6.pdf

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 24 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.2 Considerando a natureza do objeto da contratação, consistente na aquisição de gêneros alimentícios com especificações previamente padronizadas, cujas características são comuns, objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado, optou-se pela modalidade Pregão Eletrônico, a ser processada pelo Sistema de Registro de Preços (Ata de Registro de Preços), conforme autorizado pelos arts. 28, inciso II, 55 e 78 da Lei nº 14.133/2021, e pelos arts. 183, 184 e 185 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. A modalidade Pregão revela-se a mais adequada, por se tratar de bens comuns cuja definição e avaliação independem de juízo técnico subjetivo, permitindo o julgamento das propostas com base em critérios exclusivamente objetivos. Ademais, o Pregão Eletrônico assegura ampla competitividade e isonomia entre os licitantes, conforme preconiza o art. 17, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022. O critério de julgamento pelo menor preço, previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foi adotado por se adequar à natureza da contratação, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e transparência. Este critério garante a comparação objetiva das ofertas, assegurando que o resultado reflita o melhor custo-benefício sem comprometer a qualidade ou as especificações do objeto.

2.3 Quanto ao modo de disputa aberto, sua escolha encontra respaldo no art. 55 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 195 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. Este modo possibilita lances públicos e sucessivos entre os licitantes, promovendo ampla competitividade e favorecendo a obtenção do preço mais vantajoso em ambiente transparente. Ademais, contribui para mitigar assimetrias informacionais, assegurando a lisura e economicidade do certame. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela recorrência e imprevisibilidade das demandas, características típicas da aquisição de gêneros alimentícios para atendimento de unidades descentralizadas, permitindo planejamento orçamentário eficiente e futuras contratações com condições previamente registradas, conforme disposto nos arts. 82 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022. Dessa forma, a combinação da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto, bem como a utilização do SRP, atende integralmente aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e transparência, demonstrando-se plenamente adequada e juridicamente amparada para a presente contratação.

2.4 O Programa de Alimentação Escolar atende diariamente em média 1,1 milhão de alunos da rede estadual de ensino, por meio do envio de gêneros alimentícios não perecíveis, congelados e ovos adquiridos por Sistema de Registro de Preços – Pregão Eletrônico e perecíveis e outros grupos de alimentos por Chamada Pública da Agricultura Familiar. O planejamento dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar deve atender o disposto na Resolução CD/FNDE nº 004/2026, a qual determina que a alimentação escolar seja saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, contribuindo assim para o rendimento escolar. As resoluções que regulamentam o PNAE estabelecem que a alimentação escolar deve atender às necessidades nutricionais dos alunos, de acordo com sua faixa etária e estado de saúde, incluindo aqueles que demandam atenção alimentar específica, destacando-se, ainda, como princípio fundamental do programa, a universalidade do atendimento aos estudantes matriculados na rede pública de educação básica. Dessa forma, o atendimento individualizado aos estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) torna-se indispensável para assegurar o pleno direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional, bem como o acesso igualitário aos alimentos, respeitando as diferenças biológicas inerentes às distintas faixas etárias e às condições de saúde dos alunos.

O direito ao cardápio diferenciado e de acordo com as necessidades alimentares especiais é respaldado pela Resolução/CD/FNDE nº 04/2026, Seção II – Dos cardápios da Alimentação Escolar, art. 17:

“§1º Os cardápios devem ser adaptados para atender aos estudantes diagnosticados com necessidades alimentares especiais e comportamentos alimentares atípicos, tais como: doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias, intolerâncias alimentares, seletividade alimentar, dentre outras.

A Lei Federal nº 12.982/2014, art., 12, também garante o direito a esses alunos:

“§ 2º Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais,

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 25 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas, conforme regulamento”.

As Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) caracterizam-se pela presença de comorbidades que demandam a exclusão ou restrição do consumo de determinados alimentos ou nutrientes, cuja ingestão pode representar risco ou ocasionar agravamento do estado de saúde. Tais necessidades podem manifestar-se em qualquer fase do curso da vida, ocasionando alterações metabólicas e fisiológicas que modificam as demandas nutricionais dos indivíduos e, conseqüentemente, exigem adequações na composição dos cardápios a serem ofertados a esse público específico. Além disso, existem escolhas alimentares específicas de natureza ética, cultural ou filosófica, como a alimentação vegana, que, embora não decorram de condição clínica, também são consideradas NAEs e requerem adequações nos cardápios, a fim de assegurar o atendimento nutricional adequado.

Nesse contexto, segundo dados extraídos do sistema próprio da FUNDEPAR – Sistema Merenda, referentes ao período de outubro de 2025, encontram-se matriculados na rede estadual de ensino do Estado do Paraná 2.028 (dois mil e vinte e oito) alunos portadores de NAEs. Entre as condições mais recorrentes, destaca-se a Intolerância à Lactose, que corresponde a aproximadamente 33,6% dos casos (682 alunos), seguida pela Diabetes, com 24,8% (502 alunos), e pelo Ovolactovegetarianismo, com 14,4% (292 alunos). A Doença Celíaca representa 12,1% (245 alunos), enquanto a Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) corresponde a 4,2% (85 alunos). Já a alimentação vegana contempla 2,1% (42 alunos), e a alergia ao ovo, 2,0% (41 alunos). As demais condições específicas, tais como obesidade, hipertensão, fenilcetonúria, entre outras, correspondem ao somatório de 6,9% (139 alunos) do total de estudantes com NAEs.

Visando garantir o adequado atendimento nutricional aos estudantes NAEs, atualmente tem sido necessária a aquisição de gêneros alimentícios específicos, em substituição àqueles tradicionalmente ofertados, os quais não podem ser consumidos por esse público em razão da presença de componentes alergênicos ou restritivos. Nesse sentido, o FUNDEPAR já realiza a aquisição de itens como macarrão e arroz integral sem glúten, bebidas vegetais, biscoitos sem glúten, leite em pó sem lactose e adoçantes, possibilitando a realização de adequações nos cardápios escolares, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando a oferta da alimentação escolar segura e inclusiva. No entanto, no caso específico de comorbidades como a Doença Celíaca, a APLV e a alergia ao ovo, sabe-se que a simples realização de adaptações nos cardápios, mediante a utilização de produtos isentos dos respectivos alérgenos, não é suficiente para assegurar a exclusão total dessas substâncias. Tallimitação decorre do elevado risco de contaminação cruzada durante as etapas de armazenamento, manipulação e preparo das refeições nas cozinhas escolares. Portanto, para garantir a oferta segura de alimentação a esses alunos, seria necessária a utilização de utensílios e equipamentos exclusivos, bem como a garantia de ambientes de preparo específicos destinados às refeições especiais, de modo a minimizar o risco de contaminação cruzada, especialmente no caso da doença celíaca, cuja exposição, mesmo em quantidades mínimas de glúten, pode desencadear reações adversas à saúde.

A inexistência de cozinhas exclusivas para a produção dessas refeições na rede estadual de ensino impõe elevado risco de contaminação cruzada, comprometendo a segurança alimentar e nutricional dos estudantes e dificultando o atendimento nutricional seguro e adequado. Ademais, todas as etapas do processo de produção das refeições destinadas a esse público demandam atenção rigorosa, abrangendo desde o recebimento e armazenamento dos gêneros alimentícios até o preparo e o servimento nas unidades escolares. Tais cuidados são indispensáveis, considerando a existência de diferentes níveis clínicos de sensibilidade e intolerância, uma vez que os indivíduos acometidos podem apresentar reações adversas de intensidade variável, de leves a graves, mesmo diante da ingestão mínima ou do contato indireto com o alimento responsável pela reação.

Ao atendimento aos estudantes veganos, destaca-se também a dificuldade operacional na produção de refeições totalmente isentas de carnes, pescados, ovos, leite e demais derivados de origem animal no contexto das cozinhas escolares da rede estadual de ensino. Tal limitação decorre, principalmente, do uso compartilhado de espaços físicos, utensílios, equipamentos e fluxos de produção, o que compromete o controle efetivo da exclusão total desses alimentos durante o preparo.

Diante do cenário exposto, considerando os riscos à saúde decorrentes da exposição a alérgenos, complexidade técnica para produção de alimentos totalmente isentos de glúten, ovos, leite ou ingredientes de origem animal, e as limitações estruturais das cozinhas escolares para garantir ambientes segregados e controle efetivo de contaminação cruzada, justifica-se a aquisição de refeições e lanches prontos para atendimento de alunos portadores de Doença Celíaca, APLV, alergia ao ovo e veganos.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 26 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

A aquisição prevê a entrega ponto a ponto pela empresa fornecedora, para que os produtos possam ser consumidos a partir da semana seguinte, já que os estabelecimentos de ensino não possuem grande capacidade de armazenamento de congelados. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos neste grupo correspondem a marmitas congeladas, contendo refeições prontas e completas, isentas de glúten e lactose, bem como a lanches prontos (bolo, torta, sanduíche e pão de queijo vegano), igualmente isentos de glúten e lactose, destinados à composição dos cardápios dos escolares portadores de Doença Celíaca, Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV), Alergia ao Ovo e os que adotam dieta vegana, regularmente matriculados na rede estadual de ensino. A aquisição prevê, ainda, a entrega dos produtos de forma ponto a ponto, diretamente nas unidades escolares, a ser realizada pela empresa fornecedora vencedora do certame. Ressalta-se ainda que a definição dos 10 (dez) itens a serem adquiridos para os estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) levou em consideração a proximidade com as preparações ofertadas aos demais estudantes da rede estadual, com o objetivo de promover a inclusão alimentar, minimizar diferenciações no ambiente escolar e assegurar a padronização operacional dos cardápios, sem prejuízo ao atendimento das necessidades nutricionais específicas.

Logo, o registro de preços para futura aquisição de gêneros alimentícios do grupo das Refeições sem Glúten está evidenciado devido considerando os riscos à saúde decorrentes da exposição a alérgenos, a complexidade técnica para produção de alimentos totalmente isentos de glúten, ovos, leite ou ingredientes de origem animal, e as limitações estruturais das cozinhas escolares para garantir ambientes segregados e controle efetivo de contaminação cruzada, justifica-se a aquisição de refeições e lanches prontos para atendimento de alunos portadores de Doença Celíaca, APLV, alergia ao ovo e veganos de acordo com o que prevê a Resolução CD/FNDE nº 04/2026.

2.5 O Programa de Alimentação Escolar segue as diretrizes operacionais e nutricionais estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o intuito de suprir:

- No mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial, quando ofertada uma refeição;
- No mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados nas escolas localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos, por refeição ofertada;
- No mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, quando ofertada duas ou mais refeições;
- No mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral, quando ofertadas no mínimo três refeições.

Os cardápios e alimentos que compõem a alimentação escolar visam proporcionar alimentação balanceada, com qualidade e aceitabilidade comprovada, contribuindo para o desenvolvimento saudável dos escolares, para a otimização do processo ensino-aprendizagem e para a manutenção do aluno na escola.

A aquisição do itens observa a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que define a Segurança Alimentar e Nutricional como “o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” e o Decreto Nº 11.821/2023 que dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

2.6 Os estabelecimentos de ensino da rede estadual do Paraná fornecem refeições aos escolares e, a fim de provisionar os insumos necessários para esta tarefa, preocupa-se com a correta gestão dos estoques, mantendo-os em níveis compatíveis para dar continuidade ao Programa de Alimentação Escolar.

2.7 O número de estudantes da rede estadual de ensino que são atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar, é obtido por meio do site da Secretaria de Educação do Paraná:

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br>. total de 1.288.977 alunos matriculados em 2025. Os dados refere-se a 2025, visto que a pesquisa iniciou em 2025.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 27 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Estado do Paraná

Acesso Rápido


Núcleo (opcional)

Município

Rede de Ensino

Escola

Paraná



Números do Paraná

NREs	32
Municípios	399
Escolas Estaduais	2.089
Turmas da Rede Estadual	57.579
Matrículas da Rede Estadual	1.289.416

Rede Conveniada

Educação Especial

Escolas	399
Turmas	8.085
Matrículas	47.253

Informações e Contatos

Informações e dúvidas referentes a cursos e colégios, entrar em contato com o Estabelecimento de Ensino ou Núcleo Regional de Educação.

Fonte: Relatório sobre alunado da rede estadual do Paraná em 2024, obtido em:

<https://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/pages/templates/initial2.xhtml?jsessionid=Dh87yITsW10YSyzGzo1jP9uqBz6ECj7Z6T139G3t.sseed75181?windowId=f09>

2.7.1 Atualmente, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná não disponibiliza, em seu sítio eletrônico público, o quantitativo de alunos com NAEs matriculados na rede estadual de ensino. O acesso a essa informação ocorre exclusivamente por meio do sistema próprio da FUNDEPAR (Sistema Merenda), no qual constam, na data de 13 de outubro de 2025, registros de 413 (quatrocentos e treze) estudantes com diagnóstico comprovado de Doença Celíaca, Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV), Alergia ao Ovo e Vegano. Ressalta-se que a comprovação do diagnóstico é realizada mediante apresentação de laudo médico à secretaria da instituição de ensino, seja no ato da matrícula ou em momento posterior ao longo do ano letivo. Após a confirmação clínica do diagnóstico da comorbidade, o cadastramento do aluno no Sistema Merenda é efetuado pela equipe técnica da FUNDEPAR. Já em relação à seletividade alimentar ou adesão às dietas veganas ou vegetarianas, o cadastramento do aluno ocorre após apresentação de declaração devidamente assinada dos pais ou responsáveis junto à secretaria da escola e posterior encaminhamento ao FUNDEPAR para inclusão do aluno do Sistema Merenda. Assim, com base no dado disponível no Sistema Merenda, em 13 de outubro de 2025, foram calculados os quantitativos a serem adquiridos, considerando o número mais recente de alunos com doença celíaca, APLV, alergia ao ovo e veganos matriculados na rede de ensino, conforme documento apresentado abaixo:

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 28 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906



Estado do Paraná
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar)

Relatório de Alunos NAE por Pauta

NAE: DOENÇA CELIACA


Pauta	Total de Escolas	Total de Alunos
	45	57
	48	60
	17	22
	27	36
	28	36
	23	27
	4	7
Total Geral	192	245

Emissão: 13/10/2025 10.50.52

Página 1 de 1

Fonte: Dados do Sistema Merenda. Acesso em 13/10/2025

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 29 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

 Estado do Paraná Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar)		
Relatório de Alunos NAE por Pauta		
NAE: APLV		
Pauta	Total de Escolas	Total de Alunos
	13	17
	17	20
	12	13
	8	11
	6	8
	15	15
	1	1
Total Geral	72	85

Emissão: 13/10/2025 10.50.24

Página 1 de 1

Fonte: Dados do Sistema Merenda. Acesso em 13/10/2025

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 30 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906



Estado do Paraná
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar)

Relatório de Alunos NAE por Pauta

NAE: ALERGIA A OVO

Pauta	Total de Escolas	Total de Alunos
	4	4
	16	18
	4	4
	6	6
	3	3
	5	6
Total Geral	38	41

Emissão: 13/10/2025 10.49.51

Página 1 de 1

Fonte: Dados do Sistema Merenda. Acesso em 13/10/2025

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 31 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Estado do Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar)

Relatório de Alunos NAE por Pauta

NAE: VEGANO/VEGETARIANO ESTRITO

Pauta	Total de Escolas	Total de Alunos
	9	9
	11	13
	2	2
	2	2
	7	8
	7	8
Total Geral	38	42

Emissão: 13/10/2025 10.51.12

Página 1 de 1

Fonte: Dados do Sistema Merenda. Acesso em 13/10/2025

2.7.2 Os quantitativos estimados foram definidos com base no número de estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (NAE) cadastrados no sistema próprio, Sistema Merenda, considerando o per capita de consumo, calculado a partir da média da gramatura dos produtos, dentro dos limites estabelecidos para cada refeição e a frequência de oferta ao longo do calendário escolar de 201 dias letivos. Ressalta-se que,

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 32 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

por se tratar de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, não implicando obrigatoriedade de contratação integral por parte da Administração Pública, que realizará as aquisições conforme sua necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária. Adicionalmente, destaca-se que os quantitativos poderão sofrer variações durante a vigência da ata, em razão da dinamicidade do atendimento aos estudantes com NAE, incluindo a possibilidade de inclusão de novos alunos no Sistema Merenda, mediante comprovação da condição clínica, bem como exclusões decorrentes de transferências, evasões ou desligamentos. Do mesmo modo, poderá haver variação no número de estabelecimentos de ensino atendidos ao longo da execução contratual. Para os itens que contemplam alimentos de origem animal, foram desconsiderados do cálculo os estudantes que seguem alimentação vegana. Por fim, registra-se que, por se tratar de aquisição inédita, não há histórico de contratações anteriores que sirvam como parâmetro comparativo para os quantitativos estimados, os quais estão apresentados por lote na tabela correspondente.

LOTE 01

Item 1	Descrição do objeto	Unidade de medida	Gramatura permitida da marmita	Per capita (média da gramatura)	Nº de Alunos com NAE's	Quantidade Estimada	Servimento
1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	88	6.000	150
2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	96	3.000	50
3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	88	4.000	100
4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	96	3.000	50
5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	96	2.000	100
6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	88	2.000	100
7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	96	600	50
8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	88	2.000	100
9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	96	600	50

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 33 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Kg	0,025 a 0,03 cada unidade	0,0275	96	300	100
----	---	----	---------------------------	--------	----	-----	-----

LOTE 02

Item 1	Descrição do objeto	Unidade de medida	Gramatura permitida da marmita	Per capita (média da gramatura)	Nº de Alunos com NAE's	Quantidade Estimada	Servimento
1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	119	9.000	150
2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	130	3.000	50
3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	119	6.000	100
4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	130	3.000	50
5	Bolo simples - congelado - vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	130	2.000	100
6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	119	2.000	100
7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	130	800	50
8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	119	2.000	100
9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	130	800	50
10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Kg	0,025 a 0,03 cada unidade	0,0275	130	400	100

LOTE 03

Item 1	Descrição do objeto	Unidade de medida	Gramatura permitida da marmita	Per capita (média da gramatura)	Nº de Alunos com NAE's	Quantidade Estimada	Servimento
1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	97	7.000	150

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 34 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	107	3.000	50
3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	97	5.000	100
4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	107	3.000	50
5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	107	2.000	100
6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	97	2.000	100
7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	107	700	50
8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	97	2.000	100
9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	107	700	50
10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Kg	0,025 a 0,03 cada unidade	0,0275	107	500	100

LOTE 04

Item 1	Descrição do objeto	Unidade de medida	Gramatura permitida da marmita	Per capita (média da gramatura)	Nº de Alunos com NAE's	Quantidade Estimada	Servimento
1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	67	5.000	150
2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	80	2.000	50
3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	67	4.000	100
4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Kg	0,4 a 0,5 cada unidade	0,45	80	2.000	50
5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	80	1.000	100

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 35 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	67	800	100
7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	80	50	50
8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	67	800	100
9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Kg	0,1 a 0,12 cada unidade	0,115	80	500	50
10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Kg	0,025 a 0,03 cada unidade	0,0275	80	300	100

2.8 O FUNDEPAR cumpre Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº10.086/2022 e assim a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados aos estabelecimentos de ensino fica vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto cujo quantitativo implica considerar diversas variáveis que impactam nessa decisão, como modificação de turmas e modalidades de ensino que podem ocorrer durante o período letivo.

2.9 A Ata de Registro de Preço será para eventual contratação e, caso celebrado contrato, respeitará o quantitativo registrado, com prazo de entrega e preços registradas em contrato.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução consiste na aquisição, verificação, armazenamento, distribuição e entrega de refeições congeladas sem glúten e lactose, destinadas à composição dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar da rede estadual de ensino, em conformidade com as diretrizes nutricionais e sanitárias estabelecidas pela Resolução CD/FNDE nº 004/2026, e demais normativas vigentes. A contratação, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, tem por objetivo assegurar o fornecimento dos produtos, observando-se as condições de qualidade, segurança sanitária e rastreabilidade exigidas para o atendimento aos alunos matriculados.

O ciclo de vida do objeto abrange as etapas de aquisição, recebimento, controle de qualidade, armazenamento e distribuição às unidades de destino, garantindo a viabilidade técnica e econômica da solução proposta, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

3.2 As especificações técnicas baseiam-se na escolha vantajosa para a administração pública, atendendo aos requisitos mínimos de qualidade e utilidade, nos termos do inciso I, do art. 388 do Decreto n.º 10.086, de 2022, sem restringir a competitividade.

4. PESQUISA DE PREÇOS

Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o do Decreto Estadual n.º 10.370 de 2025. Foram utilizados os seguintes critérios de pesquisa:

4.1 Consulta a fornecedores: a equipe do Departamento de Alimentação e Nutrição (DNA/FUNDEPAR) enviou e-mail a 34 fornecedores cadastrados por meio do endereço fundepar.cpae@fundepar.pr.gov.br, encaminhando em anexo a Informação nº 1057/2025 FUNDEPAR/DIAF/DNA (anexa), contendo a listagem de alimentos e orientações sobre o procedimento. A escolha dos fornecedores considerou as empresas que fornecem produtos do mesmo segmento (refeições congeladas sem glúten e lactose).

4.1.1 No referido documento foi solicitado que os fornecedores informassem o preço por quilograma dos produtos descritos, considerando, na composição do valor, a logística de entrega ponto a ponto em aproximadamente 500 (quinhentas) escolas estaduais. Consta, ainda, que a quantidade estimada total da contratação seria dividida em 4 (quatro) lotes, correspondendo cada lote a aproximadamente ¼ (um quarto) do quantitativo global, organizados conforme a distribuição dos alunos nas escolas dos municípios vinculados aos respectivos Núcleos Regionais de Educação, agrupados em 4 (quatro) lotes.

4.1.2 As cotações foram enviadas aos fornecedores no período entre 11/12/2025 a 20/02/2026, sendo sempre fornecido o prazo máximo de 7 (sete) dias para retorno. O período da pesquisa de preços foi estendido em razão das férias coletivas das empresas do setor. Após o período, foram obtidos 8 (oito) respostas durante o período, sendo 6 (seis) empresas com cotações e 2 (duas) declarando não ter viabilidade ou capacidade técnica recusando o envio da cotação.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 36 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

4.1.3 Verificou-se que 1 (uma) empresa apresentou cotações específicas para 3 (três) lotes, encaminhando valores unitários distintos para os lotes 2, 3 e 4. Entretanto, 5 (cinco) fornecedores apresentaram cotação com valor unitário único e aplicável a todos os lotes, não havendo distinção de preços, tampouco preferência operacional ou exclusividade por lote específico, tendo as propostas sido formuladas considerando o objeto integral da consulta.

4.1.4 O parcelamento do objeto visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas com capacidade operacional regional, sem prejuízo à vantagem para a Administração. Portanto, manteve-se a divisão do objeto em 4 (quatro) lotes, considerando as distintas cotações apresentadas por lote e a variação do número de alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) entre as regiões, fator que impacta diretamente o quantitativo estimado de contratação em cada lote.

4.2 Mídia Especializada - sítios eletrônicos especializados: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta. Foram consultados 12 (doze) sites de 26/01/2026 a 17/03/2026;

4.3 Consulta ao Sistema GMS: envio da pesquisa a 152 (cento e cinquenta e dois) fornecedores cadastrados nesse sistema, não obtendo respostas;

4.4 Compras Net: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta: Não foram encontradas atas, consultadas em 30/01/2026;

4.5 Compras Gov: preços praticados, com o registro da data e horário da consulta em: Consulta em 30/01/2026;

4.6 Site Menor Preço: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta: Consulta em 30/01/2026;

4.7. Para a formação dos preços máximos esta Administração utilizou a média de preços obtidos através dos preços pesquisados pelos critérios acima. Trata-se de preços dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos, por isso adotou-se a média. A média se constitui em uma medida de preços que representa de forma mais contundente os preços praticados no mercado. A utilização da mediana não coube, uma vez que é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, já que há influência dos extremos dos dados coletados. O preço mínimo também não foi adotado, tendo em vista que estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Segue precedente ilustrativo do TCU sobre o tema:

“26. Não me parece razoável a exigência de que a orçamentação nestes casos deva sempre considerar o menor preço cotado no mercado. Entendo que a utilização de preços médios ou da mediana, além de bem refletir os preços praticados no mercado, não implica ofensa à Lei de Licitações, à LDO/2009 ou aos princípios gerais da Administração Pública. 27. A colmatação da lacuna normativa efetuada pelos gestores do TRT utilizou-se do parâmetro legal esculpido no caput do art. 109 da LDO/2009 e, assim, definiu como custo unitário dos insumos a mediana dos preços pesquisados. A solução me parece dotada de razoabilidade, assim como seria se houvesse utilizado a média das cotações. Destaco que o menor preço é um dos preços do mercado, mas não reflete o mercado. Nesse sentido, entendo que o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado (Acórdão nº 3.068/2010 - Plenário) (grifos nossos)”.

4.7.2 A escolha do modo de disputa aberto para o pregão é fundamentada no art. 55 da Lei nº 14.133/2021, por permitir lances públicos e sucessivos entre os licitantes, ampliando a competitividade e favorecendo a formação do preço mais vantajoso em ambiente transparente.

4.7.3 A combinação entre a modalidade pregão, o critério de julgamento por menor preço e o modo de disputa aberto atende integralmente ao disposto no inciso VIII do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando adequação e eficiência, considerando o ciclo de vida do objeto contratado grãos com validade máxima de um ano, para a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 37 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Serão licitados 4 (quatro) lotes, conforme tabela:

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	6.000 Kg	R\$ 88,54	R\$ 531.240,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 83,04	R\$ 249.120,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	4.000 Kg	R\$ 79,11	R\$ 316.440,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 85,53	R\$ 256.590,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 92,22	R\$ 184.440,00
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 106,92	R\$ 213.840,00
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	600 Kg	R\$ 92,88	R\$ 55.728,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 82,10	R\$ 164.200,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten	Conforme especificações	Kg	600 Kg	R\$ 78,35	R\$ 47.010,00

Protocolo nº 25.328.698-9 Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 38 de 104)
--	----------------------------------

	e lactose GMS: 8918.110052	constantes no Manual de Especificação Técnica				
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	300 Kg	R\$ 84,89	R\$ 25.467,00
TOTAL					R\$ 2.044.075,00	

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	9.000 kg	R\$ 88,54	R\$ 796.860,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 92,71	R\$ 278.130,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	6.000 Kg	R\$ 79,11	R\$ 474.660,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 96,14	R\$ 288.420,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 111,67	R\$ 223.340,00
Item 6	Sanduiche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 114,53	R\$ 229.060,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 39 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 131,76	R\$ 105.408,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 120,04	R\$ 240.080,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 85,41	R\$ 68.328,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	400 Kg	R\$ 87,91	R\$ 35.164,00
TOTAL					R\$ 2.739.450,00	

Lote 3	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	7.000 Kg	R\$ 90,81	R\$ 635.670,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 91,71	R\$ 275.130,00
Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	5.000 Kg	R\$ 83,26	R\$ 416.300,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	3.000 Kg	R\$ 94,97	R\$ 284.910,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano,	Conforme especificações constantes no	Kg	2.000 Kg	R\$ 110,27	R\$ 220.540,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 40 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

	sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Manual de Especificação Técnica				
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 113,13	R\$ 226.260,00
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	700 Kg	R\$ 130,56	R\$ 91.392,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 117,37	R\$ 234.740,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	700 Kg	R\$ 85,41	R\$ 59.787,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	300 Kg	R\$ 86,77	R\$ 26.031,00
TOTAL					R\$ 2.470.760,00	

Lote 4	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário máximo (critério de aceitabilidade de preços)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110039	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	5.000 Kg	R\$ 91,81	R\$ 459.050,00
Item 2	Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110040	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 92,38	R\$ 184.760,00

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 41 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Item 3	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110041	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	4.000 Kg	R\$ 84,26	R\$ 337.040,00
Item 4	Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose GMS: 8918.110042	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	2.000 Kg	R\$ 95,64	R\$ 191.280,00
Item 5	Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose GMS: 8918.110044	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	1.000 Kg	R\$ 111,07	R\$ 111.070,00
Item 6	Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110046	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 113,13	R\$ 90.504,00
Item 7	Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110048	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	500 Kg	R\$ 131,16	R\$ 65.580,00
Item 8	Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110050	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	800 Kg	R\$ 119,04	R\$ 95.232,00
Item 9	Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose GMS: 8918.110052	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	500 Kg	R\$ 85,41	R\$ 42.705,00
Item 10	Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose GMS: 8918.110054	Conforme especificações constantes no Manual de Especificação Técnica	Kg	300 Kg	R\$ 87,48	R\$ 26.244,00
TOTAL					R\$ 1.603.465,00	

5.2 Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base no número de estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs) cadastrados no Sistema Merenda,

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 42 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

considerando o per capita de consumo (quantidade de gênero alimentício por aluno, por preparação), a frequência de oferta dos itens e o calendário escolar de 201 dias letivos. Ressalta-se que, por se tratar de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, tais quantitativos possuem caráter estimativo, não implicando obrigatoriedade de contratação integral, sendo as aquisições realizadas conforme a necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária da Administração Pública. Destaca-se, ainda, que os quantitativos poderão variar ao longo da vigência da ata, em razão da dinamicidade do atendimento aos estudantes com NAE, bem como da possível inclusão ou exclusão de alunos e de estabelecimentos de ensino atendidos. A contratação será realizada em 4 (quatro) lotes. A adoção do parcelamento em lotes justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência logística, otimização do planejamento e da execução contratual, bem como a adequada gestão da distribuição, considerando a abrangência territorial do Estado e a organização administrativa por Núcleos Regionais de Educação. A variação na quantidade de alunos com NAE entre os municípios reforça a necessidade de divisão por lotes, permitindo maior flexibilidade operacional e melhor adequação às demandas regionais. Adicionalmente, o parcelamento contribui para a ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores de diferentes portes, sem prejuízo da padronização dos itens, além de favorecer o controle, a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual. A divisão dos lotes observará os municípios vinculados a cada Núcleo Regional de Educação (NRE), conforme especificação apresentada a seguir:

- **Lote 1** - A entrega do item deverá ser realizada diretamente nas escolas dos Núcleos da Área Metropolitana Norte, Área Metropolitana Sul, Curitiba, Irati, Paranaguá, Ponta Grossa e União da Vitória. Atualmente, encontram-se cadastrados 96 (noventa e seis) alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs), sendo 10 (dez) com alergia ao ovo, 9 (nove) com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV), 69 (sessenta e nove) com doença celíaca e 8 (oito) com alimentação vegana.

- **Lote 2** - A entrega do item deverá ser realizada diretamente nas escolas dos Núcleos de Cascavel, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Pato Branco e Pitanga. Atualmente, encontram-se cadastrados 130 (cento e trinta) alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs), sendo 9 (nove) com alergia ao ovo, 32 (trinta e dois) com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV),

78 (setenta e oito) com doença celíaca e 11 (onze) com alimentação vegana.

- **Lote 3** - A entrega do item deverá ser realizada diretamente nas escolas dos Núcleos de Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Goioerê, Loanda, Maringá, Paranaíba, Toledo e Umuarama. Atualmente, encontram-se cadastrados 107 (cento e sete) alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs), sendo 12 (doze) com alergia ao ovo, 25 (vinte e cinco) com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV), 60 (sessenta) com doença celíaca e 10 (dez) com alimentação vegana.

- **Lote 4** - A entrega do item deverá ser realizada diretamente nas escolas dos Núcleos de Apucarana, Cornélio Procopio, Ibaiti, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Telêmaco Borba e Wenceslau Braz. Atualmente, encontram-se cadastrados 80 (oitenta) alunos com Necessidades Alimentares Especiais (NAEs), sendo 10 (dez) com alergia ao ovo, 19 (dezenove) com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV), 38 (trinta e oito) com doença celíaca e 13 (treze) com alimentação vegana.



LEGENDA:



6 SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada adotará práticas de sustentabilidade, conforme o art. 362 do Decreto n.º 10.086, de 2022 e da Lei Federal nº 14.133 de 2021, sendo:

6.1 Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.2 Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.3 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.3.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.3.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.3.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.3.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.4 No que tange a operacionalização da Logística Reversa, bem como que pelas embalagens dos produtos adquiridos para a alimentação escolar, não se enquadrarem no contido no Art. 14 do Decreto Federal nº 10.936/2022, cabe a cada fornecedor contratado decidir sobre a execução de tal ação, visando a coleta dos resíduos/embalagens que por ventura possam ser oriundos dos lotes ao qual foi contratado.

6.5 Recomenda-se que o licitante realize a leitura do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade, com o objetivo de orientar a observância de práticas e requisitos voltados à promoção de contratações sustentáveis no âmbito do presente certame.

O referido documento encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>

6.6 Recomenda-se que a contratada observe práticas de sustentabilidade, em consonância com o art. 362 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e com os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, buscando incorporar, sempre que possível, critérios compatíveis com as características do objeto contratado, fornecimento de refeições congeladas sem glúten, considerando a realidade do mercado fornecedor e a natureza do produto alimentício, à luz das diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

6.7 Sugere-se que a sustentabilidade seja observada, sempre que tecnicamente viável, por meio de critérios relacionados à composição nutricional, às embalagens, à logística de distribuição e à gestão de resíduos, evitando-se a adoção de medidas que possam restringir indevidamente a competitividade ou que não apresentem viabilidade prática de comprovação.

6.8 Recomenda-se que os produtos atendam às normas sanitárias vigentes e às especificações nutricionais adequadas ao público atendido, podendo ser considerados, como boas práticas de sustentabilidade, sempre que viável, a redução de teores de sódio, açúcares e gorduras, bem como a ausência de gorduras trans, em atenção à promoção da saúde e do bem-estar dos consumidores.

6.9 Sugere-se que os produtos sejam fornecidos em embalagens adequadas à proteção, conservação e integridade dos gêneros alimentícios, em conformidade com a legislação vigente e com o Manual de Especificação Técnica.

6.10 Recomenda-se que as embalagens, sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo à segurança sanitária, à qualidade e à conservação do produto, priorizem o uso de materiais recicláveis, reciclados, biodegradáveis ou passíveis de reciclagem, bem como que adotem o menor volume possível compatível com a adequada proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.11 Sugere-se a adoção de boas práticas ambientais na execução contratual, especialmente quanto ao acondicionamento, transporte e entrega dos produtos, com vistas à prevenção de desperdícios, avarias e descarte inadequado de materiais.

6.12 Recomenda-se que, no tocante à gestão de resíduos, sejam observadas, sempre que aplicável, as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), especialmente quanto à

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 44 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

priorização da não geração, redução e reciclagem de resíduos, podendo, quando pertinente, as embalagens conter orientações quanto ao descarte adequado.

7.1 Da Inaplicabilidade da Reserva de Cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

7.1 Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021, aplica-se à presente licitação o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, visto que os valores estimados são inferiores a R\$ 4.800.000,00, aplicando-se tal enquadramento.

Conforme o art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 4º – Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

*§ 1º – As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:
I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS.

8.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos objetos contratados da empresa vencedora deverá ser de acordo com as condições estabelecidas no MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Anexo I.I) e nos prazos definidos em contrato. O prazo para a realização de cada etapa de entrega será de 20 (vinte) dias corridos, de segunda a sexta-feira, diretamente nos estabelecimentos de ensino.

9.2 O prazo de validade dos produtos deverá cumprir detalhamento conforme Manual de Especificação Técnica (Anexo I.I), visto que cada produto possui características específicas e com prazo de validade singular.

9.3 Os itens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável designado pelo acompanhamento na unidade escolar, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento, para verificação da conformidade do produto com as especificações estabelecidas.

9.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, nas unidades escolares, quando apresentados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Manual de Especificação Técnica ou na proposta. Nesses casos, os produtos deverão ser substituídos ou corrigidos pelo contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da respectiva notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.5 As Guias serão enviadas para a distribuição para o fornecedor, após a emissão dos laudos de controle de qualidade emitidos pelo laboratório contratado pela Administração, no qual será verificado a qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo setor responsável, nos prazos estabelecidos para cada produto no Manual de Especificação Técnica.

9.6. Os itens serão recebidos após a entrega e a conferência das respectivas guias pelo setor competente do Departamento de Nutrição e Alimentação. O referido Departamento será responsável pelo atesto do recebimento definitivo realizado pelas unidades escolares.

9.6.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

9.9 O objeto contratado será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização na unidade escolar, no ato da entrega, para verificação inicial da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, pelo Departamento de Nutrição e Alimentação, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 45 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

do recebimento provisório, após a conferência das guias de entrega e verificação do atendimento às exigências contratuais.

9.10 O controle de execução do objeto, terá início a partir da assinatura do contrato, nas quantidades demandadas pelos órgãos participantes da Ata de Registro de Preços e nos prazos definidos no item 1.4.2.

9.11 Os objetos deverão ser entregues nos endereços indicados no Anexo VI deste edital, em dias úteis (segunda a sexta), das 8h às 17h.

9.12 As quantidades a serem contratadas e a frequência de entregas serão definidas pelo FUNDEPAR, conforme sua demanda.

9.13 A gestão do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão contratante, por servidores especialmente designados, com a finalidade de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE.

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, conforme Manual de Especificação Técnica, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e validade;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Em caso de notificação de não conformidade, o fornecedor deverá realizar a substituição do produto que evidencie o vício/dano no local onde ocorreu o fato;

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, ou no prazo estabelecido no Termo de Referência, o objeto que apresentar avarias, defeitos ou vícios, quando notificado pela Administração, em conformidade com o disposto no item 10.1.2.

10.1.4 Caso o fornecedor não realize a coleta do(s) produto(s) com avaria ou defeito dentro do prazo estipulado no item 10.1.3, e considerando que o armazenamento de produtos danificados ou com possível contaminação representa risco à segurança sanitária do estoque e da alimentação escolar, será autorizado às escolas procederem com o descarte do(s) item(s) comprometido(s), a fim de preservar a saúde dos estudantes e a integridade dos demais gêneros armazenados.

10.1.5 – Comunicar formalmente ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, quaisquer ocorrências que possam impossibilitar o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória. As comunicações efetuadas após o início do prazo de entrega não serão consideradas para efeito de prorrogação, podendo o fornecedor responder pelo descumprimento das obrigações contratuais, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

10.1.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.10.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.10.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.10.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.11 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 46 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

10.1.12 Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.13 Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite de proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.14 Atentar aos itens referentes à Matriz de Risco de nível médio alocado ao Contratado de inexecução e rescisão do contrato devido às possibilidades diversas oriundas do fornecedor.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos

prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

10.2.12 Atentar aos itens referentes à Matriz de Risco de nível Médio alocados a Administração relacionados há indisponibilidade de recursos financeiros e ao atraso nos processos licitatórios.

11 FORMA DE PAGAMENTO.

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 47 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do FUNDEPAR – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, CNPJ nº 22.112.109/0001-53, situado à Rua dos Funcionários, nº 1323, Cabral, Curitiba/PR, CEP 80035-050, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote e o item correspondentes ao certame (conforme definido no edital), bem como a validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1 Adicionalmente, deverá constar na nota fiscal a identificação dos lotes de fabricação dos produtos fornecidos, de forma clara e legível, para fins de rastreamento dos itens entregues no âmbito do contrato.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.6 Os pagamentos e as notas fiscais emitidas ocorrerão à conta do FUNDEPAR, de acordo com orientações da contratante.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO.

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica, deverá ser demonstrada por meio de atestados cuja a somatória alcance 35 % dos quantitativos dos bens pretendidos, como forma de verificar a compatibilidade de objetos no que se refere a quantidades, conforme previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: **R\$ 8.857.750,00** (Oito milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais)

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 48 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

14.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, em razão das especificações técnicas e da natureza dos itens contratados, que demandam controle direto da Administração quanto à qualidade, padronização e conformidade dos produtos, podendo a subcontratação comprometer a execução contratual.

14.2 É igualmente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou, ainda, que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.3 Excepcionalmente, será admitida a subcontratação exclusiva dos serviços de transporte/logística de entrega dos produtos, podendo alcançar até 100% dessa parcela, com a finalidade de viabilizar a entrega nas unidades indicadas pelo FUNDEPAR, conforme o Manual de Especificações Técnicas.

14.4 A subcontratação restringe-se exclusivamente à etapa de transporte/logística, não se estendendo ao fornecimento dos produtos, permanecendo vedada a subcontratação do objeto principal da contratação.

14.6 Na hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da empresa Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão, coordenação e gestão das atividades da subcontratada, bem como a responsabilidade direta perante a Administração pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

14.7 A subcontratação não estabelece qualquer vínculo jurídico entre a subcontratada e a Administração Pública, permanecendo a Contratada como única responsável perante o Contratante.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1 O adjudicatário, no prazo de 10 dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

15.2.2 seguro-garantia;

15.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

15.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total (inciso IV do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021), incluído pela Lei Federal n.º 14.770/2023.

15.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

15.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

15.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 Não se aplica.

17. VIGÊNCIA

17.1 Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1 A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, passível de prorrogação por igual período.

17.1.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 49 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos para a Administração Pública.

17.1.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

17.1.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem, entretanto, o ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

17.1.5 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

I – Admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

II – A prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

III – A prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

IV – Havendo prorrogação antecipada, o prazo de 1 (um) ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.”

17.1.6 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I – Comprovação de que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

II – Indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.”

17.2 Da vigência do contrato.

17.2.1 A vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura e será válida por 180 (cento e oitenta) dias, sendo que a entrega total dos itens contratados deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, conforme descrito em contrato.

17.2.2. O FUNDEPAR estabelece que, após a assinatura do contrato, a entrega total dos itens deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, previsto em contrato, observados os dias úteis de segunda a sexta-feira.

17.2.3 O FUNDEPAR poderá firmar contratos com diferentes datas de entregas durante o ano, de acordo com o recurso disponível e necessidade de abastecimento dos estabelecimentos de ensino.

17.2.4 Quando o item contratado reprovar na análise laboratorial, o fornecedor poderá solicitar uma reanálise ou substituição do lote. Se aprovado, a Administração fixará nova data para a entrega do item, a qual deverá ocorrer dentro do prazo de vigência contratual estabelecido, sem alteração do termo inicial definido no item 17.2.1, permanece de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, não sendo alterado em razão da reprovação inicial.

17.2.5. Na hipótese de o produto ser submetido à reanálise laboratorial ou vistoria e permanecer em desconformidade com as especificações estabelecidas no Manual de Especificações Técnicas, caracterizando nova reprovação, a Administração poderá, a seu critério, determinar a substituição do produto ou proceder à rescisão contratual, com apuração das responsabilidades e da aplicação das sanções cabíveis.

17.2.5.1 Nos casos de coleta aleatória de produtos realizada em unidades escolares, caso o item seja reprovado em análise, a Administração poderá determinar a imediata substituição do produto fornecido ou, conforme a gravidade da não conformidade, proceder à rescisão contratual, com prejuízo da apuração das responsabilidades e da aplicação das sanções pertinentes.

17.2.5.2 Na hipótese de a não conformidade identificada, em reanálise laboratorial, vistoria ou coleta aleatória, atingir ou superar o percentual de 30% (trinta por cento) do quantitativo do produto fornecido no âmbito do contrato, ficará o fornecedor obrigado a promover, às suas expensas e no prazo estipulado pela Administração, a substituição integral (100%) do quantitativo entregue ou, a critério da Administração, o ressarcimento correspondente ao valor total dos produtos fornecidos.

17.2.6 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

18.1.2. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado 18/03/2026.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 50 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

18.1.3. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

19.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

19.1.2 A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado de 18/03/2026, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

19.1.3 A escolha do IPCA como índice de reajuste de preço é justificada pelo Acórdão nº 2008/2021 - TCE/PR, por ser um indicador oficial da inflação no Brasil, o qual é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1 Não se aplica.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná. Encaminha para aprovação da Diretora Administrativa Financeira, conforme decreto nº 8362/2024.

Curitiba, 30 de abril de 2026.

De acordo,

Rosangela Mara Slomski Oliveira
Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar
Decreto nº 679/2023

Ciente,

Angelo Marco Mortella
Chefia do Departamento de Nutrição e Alimentação
Portaria nº 0071/2025

ANEXO I.I

MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Grupo XXIV – REFEIÇÕES CONGELADAS SEM GLÚTEN E LACTOSE

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 52 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1. APRESENTAÇÃO DA EMBALAGEM E RÓTULO DO PRODUTO

1.1 EMBALAGEM PRIMÁRIA: É A QUE ESTÁ EM CONTATO DIRETO COM O ALIMENTO.

1.1.1 Deve apresentar-se LACRADA e na parte frontal da embalagem, destacadamente visível, de fácil leitura, em cor contrastante com o fundo e tamanho proporcional, os dizeres abaixo:

**PROIBIDA A VENDA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
FNDE/MEC – FUNDEPAR – PARANÁ
DISQUE – DENÚNCIA (41) 2117-8101**

1.1.2 A impressão pode ser litografada, ou na forma de etiqueta indelével de alta aderência ou impressão “ink jet”, desde que contenha todos os dizeres, mínimo tamanho 6.

1.1.3 Além da impressão dos dizeres acima, a embalagem primária deve conter as seguintes informações do produto, também impressas, no idioma português:

- a. DENOMINAÇÃO (nome específico que indique a natureza e característica);
- b. MARCA;
- c. COMPOSIÇÃO (ingredientes);
- d. INFORMAÇÃO NUTRICIONAL
- e. NÃO CONTÉM GLÚTEN - SEGURO PARA CELÍACOS
- f. NÃO CONTÉM LACTOSE;
- g. NÃO CONTÉM LEITE E DERIVADOS – SEGURO PARA APLV
- h. NÃO CONTÉM OVOS
- i. PRODUTO VEGANO (quando exigir - conforme descrição do produto)
- j. MODO OU SUGESTÃO DE PREPARO (em micro-ondas e air fryer);
- k. CONSERVAÇÃO (temperatura de manutenção do congelamento);
- l. DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE (neste formato: VÁLIDO ATÉ __/__/__);
- m. IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- n. ENDEREÇO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- o. PESO LÍQUIDO;
- p. NÚMERO DO LOTE;
- q. NÚMERO DO REGISTRO no órgão competente (quando exigir);
- r. CÓDIGO DE BARRAS EAN-13;

1.1.4 Para indicação do lote, pode ser utilizado:

- a. Um código chave precedido da letra "L". Este código deve estar à disposição da autoridade competente, OU;
- b. A data de fabricação ou data de validade, sempre que a(s) mesma(s) indique(m), pelo menos, o dia e o mês ou o mês e o ano (nesta ordem).

1.1.5 O produto deve ser ROTULADO de acordo com a legislação vigente.

1.1.6 Todos os alimentos destinados à alimentação escolar devem seguir a Resolução/CD/FNDE nº 04/2026.

1.1.7 Todos os produtos congelados destinados à alimentação escolar deverão seguir a resolução Nº 35/1977.

1.1.8 Para PRODUTOS PARCIALMENTE PREPARADOS E CONGELADOS, que necessitem cozimento, COM ou SEM EMPREGO DE CALOR, além das informações anteriormente exigidas, o RÓTULO deve informar:

1.1.8.1 Descrição do modo de preparo com o produto ainda congelado (sem indicar descongelamento prévio);

1.1.8.2 Tempo de preparo em micro-ondas e air fryer quando se tratar de produtos que necessitem de cozimento/descongelamento: ex: (refeições prontas, tortas, sanduíches, pão de queijo, etc);

1.1.8.3 Potência e/ ou temperatura do micro-ondas e air fryer quando se tratar de produtos que necessitem de preparo e/ou cozimento ex: (refeições prontas, tortas, sanduíches, pão de queijo, etc.);

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 53 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

- 1.1.8.4 Orientação sobre a embalagem durante o preparo do micro-ondas e air fryer (ex. “remover ou não remover o selo que fecha as marmitas durante o preparo”);
- 1.1.8.5 Orientação de consumo imediato após preparo;
- 1.1.8.6 Proibição do congelamento após preparo;
- 1.1.8.7 Rendimento do produto após o preparo ou número de porções por quilo do produto.
- 1.1.9 Será obrigatório declarar outros nutrientes sobre o qual se faça alguma alegação de propriedades nutricionais ou outra declaração que faça referência a nutrientes (minerais e vitaminas, por exemplo).
- 1.1.10 Quando as informações do rótulo original não estiverem redigidas no idioma português, pode ser aplicada, de forma indelével, etiqueta contendo as informações obrigatórias no idioma português, com caracteres de tamanho, realce e visibilidade adequados. As informações não poderão divergir das já impressas no rótulo original em outro idioma.
- 1.1.11 A embalagem deve ser confeccionada de acordo com o descrito mais adiante na ficha do padrão de identidade e qualidade do produto.
- 1.1.12 A área técnica responsável poderá solicitar da empresa vencedora amostras dos produtos e dos modelos das impressões das embalagens, para serem avaliadas e aprovadas.

1.2. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: É A EMBALAGEM EXTERNA DE EMBARQUE QUE ACONDICIONA AS EMBALAGENS PRIMÁRIAS.

1.2.1 Deve apresentar-se lacrada com fita adesiva transparente ou opaca de alta aderência personalizada com a impressão da identificação da empresa fornecedora ou fabricante e destacadamente visível, de fácil leitura, em cor contrastante com o fundo e tamanho proporcional, os dizeres abaixo:

PROIBIDA A VENDA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
FNDE/MEC – FUNDEPAR – PARANÁ
DISQUE – DENÚNCIA (41) 2117-8101

1.2.1. Deve apresentar-se **LACRADA COM FITA ADESIVA TRANSPARENTE OU OPACA DE ALTA ADERÊNCIA.**

1.2.2. A embalagem secundária deve conter as seguintes informações do produto, impressas, no idioma português:

- a. DENOMINAÇÃO (nome específico que indique a natureza e características);
- b. MARCA;
- c. DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE (neste formato: VÁLIDO ATÉ __/__/__);
- d. IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- e. ENDEREÇO DO FABRICANTE ou EMBALADOR;
- f. NÚMERO DO LOTE;
- g. PESO LÍQUIDO;
- h. PESO BRUTO;
- i. NÚMERO DO LOTE;
- j. NÚMERO DO REGISTRO no órgão competente (quando exigir);
- k. EMPILHAMENTO MÁXIMO RECOMENDADO;
- l. CÓDIGO DE BARRAS DUN-14.

1.2.4 Para indicação do lote, pode ser utilizado:

- a. Um código chave precedido da letra "L". Este código deve estar à disposição da autoridade competente, OU;
- b. A data de fabricação ou data de validade, sempre que a(s) mesma(s) indique(m), pelo menos, o dia e o mês ou o mês e o ano (nesta ordem).

1.2.5 Quando as informações do rótulo original não estiverem redigidas no idioma português, somente nesse caso, deve ser colada, de forma indelével, etiqueta adesiva contendo as informações obrigatórias no idioma português, com caracteres de tamanho, realce e visibilidade adequados. As informações não poderão divergir dos originais impressos em outro idioma.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 54 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1.2.6 A embalagem deve ser confeccionada de acordo com o descrito mais adiante na ficha do padrão de identidade e qualidade do produto.

1.2.7 A área técnica responsável poderá solicitar da empresa vencedora amostras das embalagens e modelos das impressões, para serem avaliadas e aprovadas.

1.3 EMBALAGEM TERCIÁRIA: QUANDO HOUVER, DEVE SEGUIR A CARACTERIZAÇÃO PARA EMBALAGENS DE EMBARQUE. NESTE CASO A EMBALAGEM SECUNDÁRIA FICARÁ COMO INTERMEDIÁRIA E SOMENTE ACOMODARÁ AS EMBALAGENS PRIMÁRIAS.

2. ENTREGA DO PRODUTO

2.1 PRAZO DE ENTREGA

Conforme Edital.

2.2 LOCAIS DE ENTREGA

Após assinatura do contrato os gêneros alimentícios deverão ser entregues diretamente em cada estabelecimento de ensino de acordo com a lista de endereços, cronogramas, prazos e condições definidas nos anexos deste edital.

2.3 CONDIÇÕES DE ENTREGA:

2.3.1 Os gêneros devem ser transportados em veículo apropriado, exclusivo ao produto contratado, ambiente higiênico e isotérmico, dotado de unidade frigorífica.

2.3.2 As entregas deverão ser efetuadas de segunda a sexta-feira, apenas durante o horário de funcionamento das escolas, devendo ser registradas mediante comprovantes de entrega (romaneios).

2.3.3 As notas fiscais deverão ser emitidas por etapa de entrega, podendo ser consolidada por município ou grupo de municípios, totalizando as entregas das escolas de cada município, acompanhadas dos respectivos comprovantes de entrega (guias de entrega) assinados e carimbados pelo responsável de cada escola e enviados à Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar em até 10 (dez) dias corridos após o último dia daquela etapa de entrega.

2.4 QUANTIDADE:

Conforme indicado no Edital.

2.5 ATRASO OU INADIMPLÊNCIA:

2.5.1 Expirado o prazo de entrega estabelecido, a CONTRATANTE analisará a conveniência do recebimento com atraso considerando o planejamento de recebimento e distribuição dos produtos. Caso ocorra comprometimento ou prejuízo da programação, poderá fixar novo prazo para conclusão da entrega.

2.5.2 O novo prazo fixado para entrega não implicará em dilação do prazo contratual inicialmente ajustado, ficando os efeitos do atraso condicionados a aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital.

2.5.3 O não cumprimento da entrega, dentro do prazo estabelecido, implicará no desinteresse da CONTRATANTE em receber o produto, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades decorrentes da inadimplência também previstas e estabelecidas no edital.

3. INSPEÇÃO, COLETA E ANÁLISE DAS AMOSTRAS DO PRODUTO

3.1. INSPEÇÃO

3.1.1 Os procedimentos de inspeção, coleta e análise das amostras coletadas nos locais indicados, seguirão os padrões estabelecidos neste MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, bem como no TERMO DE REFERÊNCIA (em anexo neste edital).

3.1.2 Antes do início de cada entrega, o laboratório contratado pelo FUNDEPAR irá coletar amostras dos produtos nas unidades armazenadoras das empresas fornecedoras ou diretamente nas indústrias, para realização de inspeção e encaminhamento para realização das análises descritas no item 8 deste Manual.

3.1.3 Nos casos em que não houver unidade de armazenamento da empresa fornecedora localizada na cidade de Curitiba, a empresa deverá, obrigatoriamente, providenciar o envio, com a devida antecedência, dos itens referentes a cada lote contratado ao laboratório indicado pelo FUNDEPAR, a fim de viabilizar a realização das análises previstas no item 8 deste Manual.

3.1.4 A empresa contratada deverá disponibilizar amostras referentes ao objeto e quantitativos contratados para verificação das conformidades de acordo com MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA no mínimo

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 55 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

30 dias corridos antes da data prevista para o início das entregas nos estabelecimentos de ensino. Será enviado um e-mail, solicitando todas as informações (endereço, data, responsável e entre outras informações necessárias), que serão repassadas ao laboratório contratado pelo FUNDEPAR e responsável pela coleta das amostras.

3.1.5 Ressalta-se que a distribuição e entrega dos produtos aos estabelecimentos de ensino somente poderão ocorrer após a conclusão e aprovação das análises descritas no item 8 deste Manual. Portanto, caberá a empresa contratada disponibilizar os itens contratados para análise laboratorial, com antecedência em relação à data de cada etapa da entrega.

3.1.6 Após a realização das entregas, a CONTRATANTE poderá coletar amostras dos produtos diretamente nos estabelecimentos de ensino, a fim de realizar inspeções com análise dos critérios descritos no item 8 deste Manual, visando a averiguação da qualidade dos produtos após a contratação.

3.1.7 Poderão ser realizadas outras análises laboratoriais para a detecção de contaminação por microrganismos, substâncias tóxicas, glúten e lactose, bem como sempre que se fizer necessária a obtenção de dados sobre a composição, o estado higiênico-sanitário do produto e outros aspectos pertinentes.

3.1.8 Em qualquer fase da vigência do contrato, o Departamento de Nutrição e Alimentação poderá solicitar apoio e/ou conteúdo técnico para a elaboração de manuais e orientações às unidades escolares, referentes aos produtos contratados.

3.1.9 A Administração rejeitará a entrega do produto caso algum dos Certificados de Análises esteja em desacordo com as exigências do Manual de Especificação Técnica, Padrão de Identidade e Qualidade ou não contenha todos os dados exigidos.

3.1.10 A INSPEÇÃO dos lotes pelo laboratório contratado pela FUNDEPAR obedecerá à norma NBR 5426 (plano de amostragem e inspeção por atributos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Os técnicos do laboratório definirão o número de unidades a serem inspecionadas com base na proporção indicada na tabela abaixo:

1.	Nº DE UNIDADES POR OBJETOS - LOTE - CONTRATADO	2.	N.º MÍNIMO DE UNIDADES A SEREM INSPICIONADAS	3.	Nº MÁXIMO ADMISSÍVEL DE UNIDADES C/ DEFEITO P/ APROVAÇÃO
	até 150		08		00
	de 151 a 500		20		01
	de 501 a 1.200		32		02
	de 1.201 a 3.200		50		03
	de 3.201 a 10.000		80		05
	de 10.001 a 35.000		125		07
	de 35.001 a 150.000		200		10
	de 150.001 a 500.000		315		14
	acima de 500.000		500		21

Note: A inspeção e coleta dos produtos será realizada considerando como lote único o agrupamento de pedidos que formam a carga total declarada na Nota Fiscal entregue pelo fornecedor.

3.1.11 Salvo indicação contrária, será utilizado o nível de inspeção 1 (Tabela ABNT). Outros níveis poderão ser aplicados sempre que se fizer necessária maior discriminação, especialmente quanto à quantidade de amostras.

3.1.12 Os lotes serão APROVADOS na INSPEÇÃO quando o número de unidades defeituosas for igual ou inferior ao número máximo admissível estabelecido no Quadro 3 da Tabela acima.

3.1.13 A CONTRATANTE reserva-se no direito de, a qualquer tempo, efetuar inspeção nos produtos adquiridos em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA pelo seu Departamento de Vigilância Sanitária, podendo a seu critério, submetê-los a exames e testes específicos em Instituição Oficial/Laboratório habilitado.

3.2. COLETA

3.2.1 Dos objetos contratados (LOTE) preliminarmente APROVADOS, serão COLETADAS entre as embalagens separadas na INSPEÇÃO, o número necessário de unidades (pacotes) para compor dois

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 56 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

conjuntos de amostras para ANÁLISE LABORATORIAL, denominadas e identificadas como AMOSTRA 1 e AMOSTRA 2 (contraprova).

3.2.2 O número de unidades a serem coletadas para integrarem a AMOSTRA 1 e a AMOSTRA 2 (contraprova), obedecerá à norma NBR 5426 (plano de amostragem e inspeção por atributos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e dependerá do peso ou volume de cada embalagem e dos parâmetros de ANÁLISE definidos no Padrão de Identidade e Qualidade de cada produto, considerando sempre múltiplos de 8 (oito) e no mínimo 8 (oito) unidades.

3.2.3 O conjunto de unidades da AMOSTRA 1, será acondicionado em embalagem apropriada e encaminhada ao laboratório acompanhada da Ficha de Inspeção/Coleta para dar entrada no protocolo de ANÁLISE.

3.2.4 O conjunto de unidades da AMOSTRA 2 (contraprova), será acondicionado em embalagem apropriada, devidamente lacrada e referencialmente identificada, sendo juntada ao lote correspondente depositado no armazém, permanecendo lacrada até a conclusão das análises laboratoriais aprovando o produto ou eventual procedimento de reanálise.

3.3 ANÁLISE

3.3.1 Nas amostras coletadas e encaminhadas ao laboratório, serão realizadas:

3.3.1.1 Análises mínimas dos parâmetros críticos, em 5 (cinco) unidades escolhidas aleatoriamente (NQA 2,5); 10 (dez) unidades para pesquisa de Salmonella;

3.3.1.2 Análises mínimas dos parâmetros toleráveis, em oito unidades (NQA 6,5).

3.3.2 Para a ACEITAÇÃO ou REJEIÇÃO dos lotes do produto, serão utilizados os seguintes critérios:

3.3.2.1 APROVAÇÃO do produto que não apresentar defeito crítico e tolerável em qualquer uma das unidades analisadas;

3.3.2.2 APROVAÇÃO do produto que não apresentar defeito crítico e apresentar defeito tolerável em uma única unidade;

3.3.2.3 REPROVAÇÃO do produto que apresentar defeito crítico em uma ou mais unidades;

3.3.2.4 REPROVAÇÃO do produto que apresentar defeito tolerável em mais de uma unidade.

3.3.3 O RESULTADO CONCLUSIVO das ANÁLISES será informado pelo laboratório à CONTRATANTE, através da emissão de CERTIFICADOS (laudos), nos prazos médios abaixo estabelecidos:

PRODUTOS	PRAZO MÉDIO P/ EMISSÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES (EM DIAS ÚTEIS)
1. Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose	15 dias
2. Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose	15 dias
3. Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose	15 dias
4. Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada - vegana, sem glúten e lactose	15 dias
5. Bolo simples - congelado - vegano, sem glúten e lactose	15 dias
6. Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose	15 dias
7. Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose	15 dias
8. Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose	15 dias
9. Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose	15 dias
10. Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose	15 dias

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 57 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

3.3.4 Os prazos indicados acima serão contados a partir da data da entrada das amostras no laboratório, que ocorrerá no primeiro dia útil após a data da coleta da amostra.

3.3.5 Os prazos da tabela acima poderão ser ampliados quando constatada a necessidade de realização de reinspeções e análises complementares para melhor avaliação do produto fornecido.

3.3.6 Definições segundo a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 724, DE 1º DE JULHO DE 2022, que dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação:

3.3.6.1 Amostra representativa: amostra constituída por um determinado número de unidades amostrais (n), retiradas aleatoriamente de um mesmo lote, conforme estabelecido no plano de amostragem;

3.3.6.2 Limite microbiológico: limite estabelecido para um dado microrganismo, suas toxinas ou metabólitos, utilizado para classificar unidades amostrais de um alimento em "Qualidade Aceitável", "Qualidade Intermediária" ou "Qualidade Inaceitável";

3.3.6.3 Limite microbiológico m (m): limite que, em um plano de três classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Aceitável" daquelas de "Qualidade Intermediária" e que, em um plano de duas classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Aceitável" daquelas de "Qualidade Inaceitável";

3.3.6.4 Limite microbiológico M (M): limite que, em um plano de três classes, separa unidades amostrais de "Qualidade Intermediária" daquelas de "Qualidade Inaceitável";

3.3.6.5 Plano de amostragem: componente do padrão microbiológico que define o número de unidades amostrais a serem coletadas aleatoriamente de um mesmo lote e analisadas individualmente (n), o tamanho da unidade analítica e a indicação do número de unidades amostrais toleradas com qualidade intermediária (c);

3.3.6.6 Plano de amostragem de duas classes: tipo de plano que classifica a amostra analisada em apenas duas categorias, "Qualidade Aceitável" ou "Qualidade Inaceitável", considerando se o resultado está acima ou abaixo do limite microbiológico estabelecido (m);

3.3.6.7 Plano de amostragem de três classes: tipo de plano que, com base em um limite microbiológico "m" e um limite microbiológico "M", classifica a amostra analisada em três categorias, "Qualidade Aceitável", "Qualidade Intermediária" ou "Qualidade Inaceitável";

4. APROVAÇÃO DO PRODUTO

4.1 O recebimento definitivo do lote será efetivado: 1) com a APROVAÇÃO do produto no controle de qualidade, mediante a emissão de Certificado de Inspeção e Análise pelo laboratório; 2) mediante aprovação do Certificado de Análises apresentado pela empresa proponente antes do início de cada etapa de entrega.

4.2 O produto APROVADO no controle de qualidade, mas que eventualmente venha apresentar alterações de características e qualidade ainda dentro do prazo de validade, mesmo que já distribuído pela CONTRATANTE, deverá ser recolhido e substituído pela CONTRATADA em igual quantidade e qualidade nos locais onde se encontre depositado, ficando sujeita a aplicação das sanções previstas no edital.

5. REPROVAÇÃO DO PRODUTO

5.1 O PRODUTO PODERÁ SER REPROVADO ainda na INSPEÇÃO, caso apresente características, rotulagem, embalagens, inscrições, quantidades e outras condições incompatíveis com as estabelecidas neste instrumento, edital e contrato. Nesta condição o produto não poderá ser entregue, devendo a empresa corrigir as irregularidades encontradas.

5.2 No caso de PRODUTO APROVADO NA INSPEÇÃO, mas REPROVADO nas DEMAIS ANÁLISES, a CONTRATANTE, com base no Certificado de Análise, comunicará o resultado da REPROVAÇÃO à CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter recebido o documento do laboratório.

5.3 Caso o produto entregue nas unidades escolares seja REPROVADO no controle de qualidade, este deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo em 10 (dez) dias corridos contados a partir da data da comunicação da reprovação.

5.4 É facultado à CONTRATADA, caso não concorde com a REPROVAÇÃO, o direito a solicitação de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE ou SUBSTITUIÇÃO do lote reprovado, nas condições estabelecidas nos próximos e específicos tópicos deste manual.

Transcorrido o prazo para solicitação de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE, sem manifestação da CONTRATADA, restará à mesma, obrigatoriamente, a retirada do produto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da comunicação da reprovação.

Também ficando às suas expensas o custo referente à movimentação do produto, além de ficar sujeita as aplicações das penalidades e sanções previstas no contrato e na legislação pertinente em vigor.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 58 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5.5 Se a REPROVAÇÃO disser respeito à diferença de peso ou quantidade, a área técnica responsável, conforme a conveniência e autorização poderão determinar a sua complementação ou rescisão da contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.6 A complementação da diferença de peso ou da quantidade, não caracteriza a prorrogação do prazo de entrega, nem exime o fornecedor da aplicação das penalidades pelo atraso na execução do contrato.

6. REINSPEÇÃO E REANÁLISE DO PRODUTO REPROVADO

6.1 É facultado à CONTRATADA, caso não concorde com a reprovação do produto recebido provisoriamente, o direito a REINSPEÇÃO ou REANÁLISE do lote reprovado, através de solicitação formal a CONTRATANTE no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar a partir da data da comunicação da reprovação. A contratada deverá indicar obrigatoriamente um perito da área comprovadamente credenciado e com qualificação técnica pertinente ao segmento da inspeção ou da análise que reprovou o produto, com competência para acompanhar os procedimentos junto ao laboratório.

6.2 O laboratório informará por escrito a FUNDEPAR, a data, hora e local da realização da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da data do recebimento da solicitação, sendo a CONTRATADA comunicada pela CONTRATANTE.

6.3 Os procedimentos de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão desenvolvidos pelo laboratório, observando-se os mesmos critérios, parâmetros e métodos empregados na análise anterior e indicados neste manual, devendo a CONTRATADA recolher antecipadamente as respectivas custas, conforme valores constantes na tabela de preços vigente e praticada por este.

6.4 Os exames para a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão realizados em amostras extraídas dos mesmos lotes do PRODUTO REPROVADO, que deverão se apresentar devidamente lacradas desde a primeira coleta para análise, servindo de contraprova (amostra 2).

6.5 Constatando-se eventuais indícios de violação ou deterioração das amostras da contraprova (amostra 2), os resultados da INSPEÇÃO ou da ANÁLISE serão considerados definitivos até que se apurem as responsabilidades. Podendo, conforme o caso, se realizar nova coleta de amostras para proceder a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE.

6.6 A CONTRATANTE indicará representante para acompanhar a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE.

6.7 O laboratório elaborará ata descrevendo as atividades relativas ao processo de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE que acompanhará o respectivo Certificado de Análise, cujas cópias serão encaminhadas a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão dos trabalhos. O resultado será comunicado à CONTRATADA.

6.8 O resultado da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE será o definitivo para fins de aprovação, reprovação e/ou complementação.

6.9 Os resultados da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão considerados definitivos, seja APROVANDO o produto ou confirmando a REPROVAÇÃO, nesse caso, não cabendo qualquer contestação, ficando a CONTRATADA sujeita a aplicação das penalidades e sanções previstas no contrato e na legislação pertinente em vigor.

7. SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO REPROVADO

7.1 Excepcionalmente, a CONTRATADA, em não optando pela REINSPEÇÃO ou REANÁLISE do PRODUTO REPROVADO NO CONTROLE DE QUALIDADE, quando este encontrar-se na escola, poderá solicitar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da comunicação da reprovação, autorização para proceder a RETIRADA e SUBSTITUIÇÃO do lote nas unidades escolares. Nessa condição, a CONTRATANTE, AVALIARÁ a CONVENIÊNCIA da SUBSTITUIÇÃO. O procedimento só será autorizado, se o prazo para a operação não vier a comprometer o planejamento e a programação de distribuição dos gêneros alimentícios.

8. PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO

PRODUTO
REFEIÇÃO INDIVIDUAL COM ARROZ, FEIJÃO, VEGETAIS E PROTEÍNA ANIMAL -
CONGELADA - SEM GLÚTEN E LACTOSE

1 CARACTERIZAÇÃO

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 59 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Descrição do produto: Refeição balanceada, congelada, embalada em porção individual, isenta de glúten e lactose, composta de arroz, feijão, dois vegetais e uma proteína de origem animal.

Apresentação: Todos os alimentos devem estar cozidos, congelados, prontos para consumo, porcionados em embalagem marmiteix individual, com 4 divisórias, contendo no mínimo 400g e no máximo 500g cada unidade.

Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais nas marmiteix):

1. Arroz parboilizado tipo I longo fino cozido (no mínimo 100g e máximo 125g)
2. Feijão preto ou carioca cozido (no mínimo 100g e máximo 125g)
3. Dois vegetais pré-cozidos distintos (no mínimo 50g de cada tipo - 100g no total, sendo o máximo 125g), sendo permitido apenas:
 - * Cenoura, abobrinha, brócolis, couve-flor, ervilha, vagem, couve ou chuchu.
4. Carne de origem animal cozida ao molho ou assada (no mínimo 100g e máximo 125g), sem gordura aparente e macia, sendo permitido apenas:
 - * Bovinos – picadinho ou iscas ao molho sugo com patinho, coxão mole, coxão duro, acém ou músculo, carne moída de 1º ao molho, lagarto fatiado ao molho.
 - OU
 - * Aves – filé de peito de frango grelhado, tiras de peito de frango ao molho sugo ou sobrecoxa, sem pele, desossada e assada.
 - OU
 - * Peixes – filé de tilápia assado, ao molho sugo ou grelhado.

Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.

Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, pimenta, espinhos de peixe, ossos, nervos, pele, aponeuroses de carnes e excesso de gelo na embalagem.

Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 <i>Clostridium</i> sulfito redutor/g	n(5) c(2) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.15 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)

3 VALIDADE E FABRICAÇÃO

3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 60 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

4.1 Marmitta de plástico polipropileno , com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer. Conforme as normas das
4.2 Mínimo 400g e máximo 500g
4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)
5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)
5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência
5.2 Mínimo 4kg e Máximo 5kg – ou seja contendo 10 unidades
5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)
6 REFERÊNCIAS
6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022
6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022
6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022
6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022
6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.
6.8 Portaria Inmetro 248/2008
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003

PRODUTO REFEIÇÃO INDIVIDUAL COM ARROZ, FEIJÃO, VEGETAIS E PROTEÍNA VEGETAL - CONGELADA - VEGANA, SEM GLÚTEN E LACTOSE	
1 CARACTERIZAÇÃO	
<p>Descrição do produto: Refeição balanceada, congelada, embalada em porção individual, isenta de glúten e lactose, vegano, composto de arroz, feijão, dois vegetais e uma proteína de origem vegetal.</p> <p>Apresentação: Todos os alimentos devem estar cozidos, congelados, prontos para consumo, porcionados em embalagem marmitex individual, com 4 divisórias, contendo no mínimo 400g e no máximo 500g cada unidade.</p> <p>Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais nas marmitas):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Arroz parboilizado tipo I longo fino cozido (no mínimo 100g e máximo 125g). 2. Feijão preto ou carioca cozido (no mínimo 100g e máximo 125g). 3. Dois vegetais pré-cozidos distintos (no mínimo 50g de cada tipo - 100g no total, sendo o máximo 125g), sendo permitido apenas: <ul style="list-style-type: none"> * Cenoura, abobrinha, brócolis, couve-flor, ervilha, vagem, couve ou chuchu. 4. Proteína de origem vegetal cozida (no mínimo 100g e máximo 125g), sendo permitido apenas: <ul style="list-style-type: none"> * Lentilha – no formato ao de hambúrguer, almôndegas ou quibe OU * Proteína texturizada de soja (PTS) – no formato ao molho sugo, hambúrguer, almôndega ou quibe OU * Grão-de-bico – no formato de no formato ao molho sugo, hambúrguer, almôndega ou quibe OU * Ervilha – no formato de hambúrguer, almôndega ou quibe <p>Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.</p> <p>Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, pimenta, alimentos de origem animal, excesso de gelo na embalagem.</p> <p>Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.</p>	
2 ANÁLISES MÍNIMAS	
2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 61 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausência (crítico)
2.7 Lactose	Ausência (crítico)
2.8 Caseína	Ausência (crítico)
2.9 Lecitina	Ausência (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)
3 VALIDADE E FABRICAÇÃO	
3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino	
4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	
4.1 Marmitta de plástico polipropileno , com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.	
4.2 Mínimo 400g e máximo 500g	
4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)	
5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	
5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência	
5.2 Mínimo 4kg e Máximo 5kg – ou seja contendo 10 unidades	
5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)	
6 REFERÊNCIAS	
6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022	
6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022	
6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022	
6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022	
6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022	
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022	
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.	
6.8 Portaria Inmetro 248/2008.	
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003	

PRODUTO
REFEIÇÃO INDIVIDUAL COM MACARRÃO OU PURÊ DE BATATA OU RISOTO, VEGETAIS
E PROTEÍNA ANIMAL - CONGELADA - SEM GLÚTEN E LACTOSE

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: Refeição balanceada, congelada, embalada em porção individual, isenta de glúten e lactose, composta de macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína de origem animal.

Apresentação: Todos os alimentos devem estar cozidos, congelados, prontos para consumo, porcionados em embalagem marmitex individual, com 3 divisórias, contendo no mínimo 400g e no máximo 500g cada unidade.

Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais nas marmitas):

1. Preparação pronta e cozida (no mínimo 200g e máximo 250g), sendo permitido apenas:

* Macarrão tipos talharim, espaguete, penne ou parafuso

OU

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 62 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

* Risoto de frango
OU
* Purê de batata tipo inglesa
2. Dois vegetais pré-cozidos distintos (no mínimo 50g de cada tipo - 100g no total, sendo o máximo 125g), sendo permitido apenas:
* Cenoura, abobrinha, brócolis, couve-flor, ervilha, vagem, couve ou chuchu.
3. Carne de origem animal cozida ao molho ou assada (no mínimo 100g e máximo 125g), sem gordura aparente e macia, sendo permitido apenas:
* Bovinos – picadinho ou iscas ao molho sugo com patinho, coxão mole, coxão duro, acém ou músculo, carne moída de 1º ao molho, lagarto fatiado ao molho.
OU
* Aves – filé de peito de frango grelhado, tiras de peito de frango ao molho sugo ou sobrecoxa, sem pele, desossada e assada.
OU
* Peixes – filé de tilápia assado, ao molho sugo ou grelhado.
Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.
Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, pimenta, espinhos de peixe, ossos, nervos, pele, aponeuroses de carnes e excesso de gelo na embalagem.
Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 <i>Clostridium</i> sulfito redutor/g	n(5) c(2) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.15 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)

3 VALIDADE E FABRICAÇÃO

3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

4.1 **Marmita de plástico polipropileno**, com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.

4.2 Mínimo 400g e máximo 500g

4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 63 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)
5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência
5.2 Mínimo 4kg e Máximo 5kg – ou seja contendo 10 unidades
5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)
6 REFERÊNCIAS
6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022
6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022
6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022
6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022
6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.
6.8 Portaria Inmetro 248/2008.
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003

PRODUTO REFEIÇÃO INDIVIDUAL COM MACARRÃO OU PURÊ DE BATATA OU RISOTO, VEGETAIS E PROTEÍNA ANIMAL - CONGELADA – VEGANA, SEM GLÚTEN E LACTOSE	
1 CARACTERIZAÇÃO	
<p>Descrição do produto: Refeição balanceada, congelada, embalada em porção individual, isenta de glúten e lactose, vegano, composta de macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína de origem vegetal.</p> <p>Apresentação: Todos os alimentos devem estar cozidos, congelados, prontos para consumo, porcionados em embalagem marmitek individual, com 3 divisórias, contendo no mínimo 400g e no máximo 500g cada unidade.</p> <p>Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais nas marmitas):</p> <p>1. Preparação pronta e cozida (no mínimo 200g e máximo 250g), sendo permitido apenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Macarrão tipos talharim, espaguete, penne ou parafuso OU * Risoto de legumes, abóbora ou cogumelos OU * Purê de batata tipo inglesa <p>2. Dois vegetais pré-cozidos distintos (no mínimo 50g de cada tipo - 100g no total, sendo o máximo 125g), sendo permitido apenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Cenoura, abobrinha, brócolis, couve-flor, ervilha, vagem, couve ou chuchu. <p>3. Proteína de origem vegetal cozida (no mínimo 100g e máximo 125g), sendo permitido apenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Lentilha – no formato ao de hambúrguer, almôndegas ou quibe OU * Proteína texturizada de soja (PTS) – no formato ao molho sugo, hambúrguer, almôndega ou quibe OU * Grão-de-bico – no formato de no formato ao molho sugo, hambúrguer, almôndega ou quibe OU * Ervilha – no formato de hambúrguer, almôndega ou quibe <p>Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.</p> <p>Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, pimenta, alimentos de origem animal, excesso de gelo na embalagem.</p> <p>Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.</p>	
2 ANÁLISES MÍNIMAS	
2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 64 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 <i>Clostridium</i> sulfito redutor/g	n(5) c(2) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.15 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)
3 VALIDADE E FABRICAÇÃO	
3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino	
4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	
4.1 Marmitta de plástico polipropileno , com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.	
4.2 Mínimo 400g e máximo 500g	
4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)	
5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	
5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência	
5.2 Mínimo 4kg e Máximo 5kg – ou seja contendo 10 unidades	
5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)	
6 REFERÊNCIAS	
6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022	
6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022	
6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022	
6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022	
6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022	
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022	
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.	
6.8 Portaria Inmetro 248/2008.	
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003	

PRODUTO

BOLO SIMPLES - CONGELADO - VEGANO, SEM GLÚTEN E LACTOSE

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: Produto alimentício do tipo bolo pronto para consumo, elaborado à base de farinhas sem glúten, isento de ingredientes com lactose, vegano, do tipo simples, sem recheio ou cobertura, sabor de chocolate, fubá, cenoura, laranja, baunilha ou banana.

Apresentação: Deve apresentar-se embalagem individual contendo 100g a 120g cada unidade.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 65 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais): Bolo pronto para consumo: farinha sem glúten, açúcar, gordura vegetal (LIVRE DE GORDURA TRANS), fermento químico em pó e água.
 Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.
 Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, alimentos de origem animal, excesso de gelo na embalagem.
 Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.3.5 Textura	Macia, sem presença de grumos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)

3 VALIDADE E FABRICAÇÃO

3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

4.1 **Marmitta de plástico polipropileno**, com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.

4.2 Mínimo 100g e máximo 120g

4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência

5.2 Mínimo 2kg e Máximo 2.4kg – ou seja contendo 20 unidades

5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

6 REFERÊNCIAS

6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022

6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022

6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022

6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 66 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.
6.8 Portaria Inmetro 248/2008.
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003

PRODUTO	
SANDUÍCHE COM PROTEÍNA ANIMAL - CONGELADO - SEM GLÚTEN E LACTOSE	
1 CARACTERIZAÇÃO	
<p>Descrição do produto: Produto alimentício pronto para consumo, do tipo sanduíche, isento de glúten e lactose, elaborado com pão sem glúten e recheio composto de proteína de origem animal.</p> <p>Apresentação: Deve apresentar-se em embalagem individual contendo 100g a 120g cada unidade.</p> <p>Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais):</p> <p>1. Sanduíche com recheio de proteína animal:</p> <p>* Duas fatias de pão de forma tradicional sem glúten (25g a 30g cada fatia) ou uma unidade de pão do tipo hambúrguer sem glúten (50g a 60g cada unidade)</p> <p>* Recheio proteico (50g a 60g) de patê de frango desfiado ou patê de atum ou hambúrguer bovino</p> <p>Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.</p> <p>Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, pimenta, espinhos de peixe, ossos de carnes, excesso de gelo na embalagem.</p> <p>Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.</p>	
2 ANÁLISES MÍNIMAS	
2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 <i>Clostridium</i> sulfito redutor/g	n(5) c(2) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.15 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)
3 VALIDADE E FABRICAÇÃO	
3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino	
4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 67 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

4.1 Marmitta de plástico polipropileno , com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.
4.2 Mínimo 100g e máximo 120g
4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)
5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)
5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência
5.2 Mínimo 2kg e Máximo 2.4kg – ou seja contendo 20 unidades
5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)
6 REFERÊNCIAS
6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022
6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022
6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022
6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022
6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.
6.8 Portaria Inmetro 248/2008.
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003

PRODUTO	
SANDUÍCHE VEGANO - CONGELADO - SEM GLÚTEN E LACTOSE	
1 CARACTERIZAÇÃO	
Descrição do produto: Produto alimentício pronto para consumo, do tipo sanduíche, isento de glúten e lactose, vegano, elaborado com pão sem glúten e recheio de origem vegetal. Apresentação: Deve apresentar-se em embalagem individual contendo 100g a 120g cada unidade. Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais): 2. Sanduíche com recheio vegetal: * Duas fatias de pão de forma tradicional sem glúten (25g a 30g cada fatia) ou uma unidade de pão do tipo hambúrguer sem glúten (50g a 60g cada unidade) * Recheio vegetal (50g a 60g) de patê ou hambúrguer de grão de bico, lentilha ou cogumelos. Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo. Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, alimentos de origem animal, excesso de gelo na embalagem. Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação	
2 ANÁLISES MÍNIMAS	
2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 68 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)
3 VALIDADE E FABRICAÇÃO	
3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino	
4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	
4.1 Marmitta de plástico polipropileno , com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.	
4.2 Mínimo 100g e máximo 120g	
4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)	
5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)	
5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência	
5.2 Mínimo 2kg e Máximo 2.4kg – ou seja contendo 20 unidades	
5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)	
6 REFERÊNCIAS	
6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022	
6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022	
6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022	
6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022	
6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022	
6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.	
6.8 Portaria Inmetro 248/2008.	
6.9 Lei Federal nº 10.674/2003	

PRODUTO

TORTA SALGADA COM PROTEÍNA ANIMAL - CONGELADA - SEM GLÚTEN E LACTOSE

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: Produto alimentício pronto para consumo, do tipo torta salgada, elaborada com massa assada e recheio à base de proteína animal com vegetais.

Apresentação: Deve apresentar-se em embalagem individual contendo 100g a 120g cada unidade.

Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais):

1. Torta salgada de proteína animal com vegetais: Massa macia com farinha sem glúten. Recheio proteico de frango desfiado com no mínimo 2 (dois) vegetais diferentes ou recheio proteico de carne bovina moída com no mínimo 2 (dois) vegetais diferentes.

Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.

Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, pimenta, ossos, nervos, pele, aponeuroses de carnes e excesso de gelo na embalagem.

Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 69 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 <i>Clostridium</i> sulfito redutor/g	n(5) c(2) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.15 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)

3 VALIDADE E FABRICAÇÃO

3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

4.1 **Marmitta de plástico polipropileno**, com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.

4.2 Mínimo 100g e máximo 120g

4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência

5.2 Mínimo 2kg e Máximo 2.4kg – ou seja contendo 20 unidades

5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

6 REFERÊNCIAS

6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022

6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022

6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022

6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022

6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022

6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022

6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.

6.8 Portaria Inmetro 248/2008.

6.9 Lei Federal nº 10.674/2003

PRODUTO

TORTA SALGADA VEGANA - CONGELADA - SEM GLÚTEN E LACTOSE

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: Produto alimentício pronto para consumo, do tipo torta salgada, elaborada com massa assada e recheio à base de legumes.

Apresentação: Deve apresentar-se em embalagem individual contendo 100g a 120g cada unidade.

Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais):

1. Torta salgada com vegetais: Massa macia com farinha sem glúten. Recheio de origem vegetal com no mínimo 3 (três) vegetais diferentes.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 70 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto e declarados no rótulo.

Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, alimentos de origem animal, excesso de gelo na embalagem.

Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	Conforme Portaria 248/2008
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aspecto	Característico.
2.3.2 Cor	Característica dos alimentos.
2.3.3 Odor	Característico dos alimentos, sem odores estranhos
2.3.4 Sabor	Próprio dos alimentos, sem sabores estranhos
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde (pesquisa de parasitos e sujidades)	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Elementos histológicos estranhos ao produto	Ausência (crítico)
2.5.2 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-) (crítico)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.12 <i>Estafilococcus</i> coagulase positiva/g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³) (crítico)
2.13 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10) M(5x10 ²) (crítico)
2.14 <i>Clostridium</i> sulfito redutor/g	n(5) c(2) m(10 ²) M(10 ³) (crítico)
2.15 Bolores e Leveduras	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴) (crítico)

3 VALIDADE E FABRICAÇÃO

3.1 Validade mínima de 3 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

4.1 **Marmita de plástico polipropileno**, com divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente ao microondas, air fryer e freezer.

4.2 Mínimo 100g e máximo 120g

4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência

5.2 Mínimo 2kg e Máximo 2.4kg – ou seja contendo 20 unidades

5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

6 REFERÊNCIAS

6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022

6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022

6.3 RDC Nº 722, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 160, de 1º de julho de 2022

6.4 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022

6.5 RDC Nº 711, de 1º de julho de 2022

6.6 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022

6.7 Tabela brasileira de composição de alimentos / NEPA – UNICAMP - 4. ed. rev. e ampl. -- Campinas: NEPA-UNICAMP, 2011.

6.8 Portaria Inmetro 248/2008.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 71 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.9 Lei Federal nº 10.674/2003

PRODUTO

PÃO DE QUEIJO VEGANO - CONGELADO - SEM GLÚTEN E LACTOSE

1 CARACTERIZAÇÃO

Descrição do produto: Massa alimentícia obtida a partir da mistura de ingredientes, sem glúten e lactose, sendo apresentado pré-assado e congelado em formato de pão de queijo.

Apresentação: Deve apresentar-se em formato redondo de tamanhos de até 25 a 30g cada unidade, em embalagem individual contendo 2 unidades (50 a 60g total).

Deve conter (ingredientes obrigatórios e acondicionados em porções individuais): Mandioca, fécula de mandioca ou polvilho azedo, água, gordura vegetal (LIVRE DE GORDURA TRANS), sal.

Pode Conter: Outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que não descaracterizem o produto.

Não pode conter: Glúten, lactose, ovos, leite e derivados, conservante artificial, corante artificial, aromatizante artificial, realçador de sabor, alimentos de origem animal, excesso de gelo na embalagem.

Boas Práticas de Fabricação: O produto deve ser proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, produzidos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação.

2 ANÁLISES MÍNIMAS

2.1 Especificações de embalagens de acordo com as normas da CONTRATANTE	Presença
2.2 Peso líquido declarado no rótulo	99%
2.3 Características sensoriais (Após o preparo)	
2.3.1 Aparência	Característica
2.3.2 Cor	Característica
2.3.3 Odor	Característica
2.3.4 Sabor	Característica
2.3.5 Textura	Característica
2.4 Matéria estranha prejudicial à saúde	Ausência (crítico)
2.5 Falhas em boas práticas de fabricação:	Conforme critérios da RDC 623/2022
2.5.1 Outras falhas - descrever	Ausência (tolerável ou crítico dependendo do tipo de falha, de acordo com a RDC 623/2022)
2.6 Glúten	Ausente (crítico)
2.7 Lactose	Ausente (crítico)
2.8 Caseína	Ausente (crítico)
2.9 Lecitina	Ausente (crítico)
2.10 <i>Salmonella</i> /25g	n(5) c(0) m(Aus) M(-)
2.11 <i>Bacillus Cereus</i> presuntivo/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ³)
2.12 <i>Estafilococcus coagulase positiva</i> /g	n(5) c(2) m(5x10 ²) M(5x10 ³)
2.12 <i>Escherichia coli</i> /g	n(5) c(3) m(5x10 ¹) M(5x10 ²)
2.14 Bolores e leveduras/g	n(5) c(1) m(10 ²) M(10 ⁴)

3 VALIDADE E FABRICAÇÃO

3.1 Validade mínima de 6 meses a partir da entrega nos estabelecimentos de ensino

4 EMBALAGEM PRIMÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

4.1 **Marmitta de plástico polipropileno**, sem divisórias, com tampa, atóxica, livre de Bisfenol A (BPA), resistente e transparente. Higienicamente adequada e devidamente lacrada. Resistente à micro-ondas, air fryer e freezer.

4.2 Mínimo 50g e máximo 60g

4.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

5 EMBALAGEM SECUNDÁRIA (ver também item 1. Apresentação da Embalagem e Rótulo)

5.1 Caixa de papelão (confeccionada em papelão ondulado duplo e reforçado para embarque) – Lacrada com fita adesiva de alta aderência

5.2 Mínimo 1kg e Máximo 1.2kg – ou seja contendo 20 unidades

5.3 A quantidade total deve ser entregue em embalagens padronizadas (mesmo tipo, tamanho, formato, peso)

6 REFERÊNCIAS

6.1 Resolução RDC nº 623, de 9 de março de 2022

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 72 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.2 RDC Nº 724, de 1º de julho de 2022 /IN Nº 161, de 1º de julho de 2022
6.3 RDC Nº 712, de 1º de julho de 2022
6.4 RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022
6.5 Portaria Inmetro nº 248/2008
6.6 Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO) – 4ª edição revisada e ampliada
6.7 Lei Federal nº 10.674/2003

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 73 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital, para o e-mail da Comissão de Contratação: closeed@fundepar.pr.gov.br

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, ou o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF), elaborado e emitido pelo sítio do GMS Compras Paraná, www.comprasparana.pr.gov.br e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 74 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 Nos termos do §2º do art. 96 do Decreto nº 10.086/2022, os indicadores dos índices solicitados no subitem 1.4.1.5 devem ser calculados de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período que se referem as demonstrações contábeis.

1.4.1.7 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características, quantidades prazos, o fornecimento de gêneros alimentícios em quantidade de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento), em relação à quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 75 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Obs.:

a) Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

b) Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

c) DOCUMENTO INDICADO NO SUBITEM 1.4.10 DO TERMO DE REFERÊNCIA – 1) Descritivo técnico;
2) Croqui do rótulo

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 76 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 669/2026 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: aquisição do Grupo XXIV – Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose; Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose; Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose; Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose; Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
1							

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 77 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 78 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 79 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VI
RELAÇÃO DE ESCOLAS

LISTA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ						
NRE	MUN	ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	TELEFONE
APUCARANA	APUCARANA	ALBERTO SANTOS DUMONT, C E C-M-EF M P	RUA ERASTO GAERTNER	64	CENTRO	4334232577
APUCARANA	APUCARANA	GODOMA B DE OLIVEIRA C E C PROF-EF M	RUA APUCARANA	415	VL REIS	4334223821
APUCARANA	APUCARANA	OSMAR GUARACY FREIRE, C E C-M-EF M P	RUA SERRA DO MAR	90	N R ADRIANO CORREA	4334246562
APUCARANA	ARAPONGAS	WALFREDO S CORREA, C E C-M-EF M PROFIS	RUA JAPIM	483	JD BANDEIRANTES	4332763067
APUCARANA	CALIFORNIA	TALITA BRESOLIN, C E-EF ETI EM PROFIS	AV JOSE CUNHA NETTO	388	JD SANTANA	4334291251
APUCARANA	FAXINAL	ERICO VERISSIMO, C E-EF M N ETI PROFIS	AV EUGENIO BASTIANI	663	CENTRO	4334611579
APUCARANA	JANDAIA DO SUL	UNIDADE POLO, C E-EF M P	AV ANUNCIATO SONNI	2149	CENTRO	4334323115
APUCARANA	MAUA DA SERRA	JOAO PLATH, C E-EF M N PROFIS	RUA PEDRO GEFFER	420	CENTRO	4334641417
APUCARANA	SABAUDIA	SABAUDIA, C E-EF M	RUA TIRADENTES	40	CENTRO	4432511123
AREA METROP.NORTE	COLOMBO	LUIZ SEBASTIAO BALDO, C E-EF M	RUA SALTO DO ITARARE	557	VL SAO JOSE	4135627178
AREA METROP.NORTE	PIRAQUARA	IVANETE M DE SOUZA, C E-EF M N P	RUA BETONEX	2220	GUARITUBA	4136672444
AREA METROP.NORTE	PIRAQUARA	MARIO B T BRAGA, C E PROF-EF M PROFIS	RUA REINALDO MEIRA	1150	SAO CRISTOVAO	4136732322
AREA METROP.NORTE	QUATRO BARRAS	ARLINDA F CREPLIVE, C E-EFMNP	AV SAO SEBASTIAO	95	CENTRO	4136721076
AREA METROP.NORTE	RIO BRANCO DO SUL	ZACARIAS C.DE CRISTO, C E-EF M	AV MANOEL MULLER DE SIQUEIRA	1175	VL SAO PEDRO II	4136523494
AREA METROP.SUL	ARAUCARIA	AGALVIRA B PINTO, C E PROFA-EF M	RUA ANDORINHA	640	JD INDUSTRIAL	4136431361
AREA METROP.SUL	ARAUCARIA	FAZENDA VELHA, C E-EF M	RUA DR VITAL BRASIL	830	ESTACAO	4136433279
AREA METROP.SUL	ARAUCARIA	MARIA DA G S SILVA E LIMA, C E PROF-EFM	RUA BERNARDINO LEMOS	326	COSTEIRA	4136421614
AREA METROP.SUL	ARAUCARIA	MONTEIRO LOBATO, C E-EF M	RUA FRANCISCO GONDEK	250	JD MAIA	4136421936
AREA METROP.SUL	BALSA NOVA	DONOZOR N NOGUEIRA, C E VER-EF M	RUA VER DINARTE DE ALMEIDA GARRET	40	SAO LUIZ DO PURUNA	4136511056
AREA METROP.SUL	CAMPO LARGO	DARLEI ADAD, C E-EF M P	AV AYRTON SENNA DA SILVA	3580	JD BUSMAYER	4133935752
AREA METROP.SUL	CAMPO LARGO	DJALMA MARINHO, C E C-M-EF M PROFIS	RUA JOAQUIM CELESTINO FERREIRA	185	JD ESMERALDA	4133994013
AREA METROP.SUL	CAMPO LARGO	INOVE, C E-EF M ETI PROFIS	RUA PIAUI	315	ITAQUI	
AREA METROP.SUL	CAMPO LARGO	MACEDO SOARES, C E C-M-EF M PROFIS	RUA RUI BARBOSA	1231	CENTRO	4133921121

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 80 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

AREA METROP.SUL	CONTENDA	PEDRO JOSE PUCHALSKI, C E C PROF-EF M	AV JOSE MOSSON SN	0	DIST SERRINHA	4136252954
AREA METROP.SUL	CONTENDA	ZILOAH DE M CARVALHO C E PROFA-EF M P	AV JOAO FRANCO	480	CENTRO	4136252190
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EFMPN	RUA SAO GABRIEL	1103	SANTA TEREZINHA	4136275729
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	ANDERSON RANGEL, C E C-M PROF-EF M	RUA CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	1753	VENEZA	4136080282
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	BAYARD OSNA, C E DR-EF M	RUA RIO SANTANA	459	IGUACU II	4136272003
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	JOAO HOINATZ ANDRADE, C E C-M -EFM	RUA JATOBA	911	EUCALIPTOS	4136081844
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	JORGE ANDRIGUETTO, C E DES-EF M N	RUA CEZAR CARELLI	497	IGUACU	4136271815
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	LIRIA MICHELETO NICHELE, C E-EF M	AV ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	1818	JD SANTAREM II	4136046118
AREA METROP.SUL	FAZENDA RIO GRANDE	OLINDAMIR MERLIN CLAUDINO, C E-EF M	RUA GUIANA	544	NACOES	4136041197
AREA METROP.SUL	LAPA	ANTONIO LACERDA BRAGA, CEC-EFM ETI PROFI	RUA ALEXANDRE HORNUNG	468	DIST MARIENTAL	4136391328
AREA METROP.SUL	LAPA	TRAJANO EHLKE PIRES, C E C-EF M	LOCALIDADE ALVES CARDOSO	0	ALVES CARDOSO	4136222720
AREA METROP.SUL	MANDIRITUBA	JOAQUIM DE O FRANCO, C E-EF M N PROFIS	AV BRASIL	447	CENTRO	4136261413
AREA METROP.SUL	QUITANDINHA	CAETANO M DA ROCHA, C E DO C DR-EF M	RUA PRINCIPAL SN	0	DIST PANGARE	4136831161
AREA METROP.SUL	RIO NEGRO	ANTONINA, C E BAR DE-EF M PROFIS	RUA FRANCISCO XAVIER DA SILVA	606	CENTRO	4736420352
AREA METROP.SUL	RIO NEGRO	CAETANO M ROCHA, C E C-M PRES-EF M	RUA LAURO PORTO LOPES	56	CENTRO	4736420679
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	AMBROSIA SABATOVICH, C E C IR-EF M	EST VEREADOR DOMINGOS BENEVENUTO MOLETTA	17173	COLONIA MARCELINO	
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	COSTA VIANA, C E-EF M PROFIS N	RUA PAULINO DE SIQUEIRA CORTES	2685	VL BRAGA	4132835583
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	GODOFREDO MACHADO, E E-EF	RUA MARGARIDA NEGRELLI MOLETTA	110	AGUAS BELAS	4135880437
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	IPE, C E - EF M PROFIS	RUA IEDA SOLANGE RIBEIRO	769	JD IPE	4135862703
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	JUSCELINO K OLIVEIRA, C E-EF M P	RUA JOAQUIM FERREIRA CLAUDINO	900	JD CRUZEIRO	4133859225
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	LINDAURA R LUCAS, C E PROF-EF M PROFIS	RUA OCTAVIO CIM	2201	AFONSO PENA	4133820899
AREA METROP.SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS	MARIA VIDAL NOVAES, E E-EF	RUA SANTA RITA	333	CIDADE JARDIM	4132835468
ASSIS CHATEAUBRIAND	FORMOSA DO OESTE	RUI BARBOSA, C E-EF M PROF	AV GOIANIA	670	CENTRO	4435261992

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 81 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ASSIS CHATEAUBRIAND	TUPASSI	VINICIUS DE MORAES, C E-EF M ETI	RUA DA CULTURA	81	CENTRO	4435441231
CAMPO MOURAO	ALTAMIRA DO PARANA	ALTAMIRA DO PARANA, C E-EF M	RUA JOAO APARECIDO MORAIS	12	CENTRO	4237551195
CAMPO MOURAO	BARBOSA FERRAZ	BOURBONIA, C E DO C DE-EF M	PC MAUA	109	DIST BOURBONIA	4432831113
CAMPO MOURAO	BARBOSA FERRAZ	LUZIA GARCIA VILLAR, C E-EF ETI EM	R PERNAMBUCO	488	CENTRO	4432751514
CAMPO MOURAO	CAMPINA DA LAGOA	ALBERTO SANTOS DUMONT, C E-EF M	AV BRASIL	110	CENTRO	4435421131
CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO, C E DE-EF M PROFIS N	AV GUILHERME DE PAULA XAVIER	795	CENTRO	4435251581
CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO	DARCY JOSE COSTA, C E C-M PROF-EF M P	RUA BICUDO	100	CJ PARIGOT SOUZA	4435253192
CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO	RONDON, C E C-M MAL-EF M PROFIS	RUA BRASIL	1848	CENTRO	4435231515
CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO	UNIDADE POLO, C E C-M-EF M PROFIS	RUA SANTOS DUMONT	1984	CENTRO	4435256690
CASCADEL	ANAHY	JOSE BONIFACIO, C E-EF M	RUA DUQUE DE CAXIAS	260	CENTRO	4532491141
CASCADEL	BRAGANEY	JOSE DE ALENCAR, C E C -EF ETI EM	RUA FRANCISCO DE PAULA	208	CENTRO	4532451265
CASCADEL	CAFELANDIA	MARIA DESTEFANI GRIGGIO, C E-EF M	RUA ELZA REGINA KOTTWITZ	700	NOVO MILENIO	4532413123
CASCADEL	CASCADEL	ACQUILINO MASSOCHIN, C E-EF M ETI	RUA HENRIQUE ZIBETTI SN	0	CENTRO	4532331295
CASCADEL	CASCADEL	CARMELO PERRONE, C E PE-EF M PROFIS	R ACQUILINO MASSOCHIN	1210	CANADA	4532226023
CASCADEL	CASCADEL	IEDA BAGGIO MAYER, C E-EF M	AV ASSUNCAO	725	ALTO ALEGRE	4532262824
CASCADEL	CASCADEL	JARDIM SANTA CRUZ, C E-EF M	RUA XIV DE NOVEMBRO	979	NEVA	4532244887
CASCADEL	CASCADEL	JOSE A B ORSO, C E C-M-EF M PROF	RUA XAVANTES	729	SANTA CRUZ	4533263820
CASCADEL	CASCADEL	OLINDA T DE CARVALHO, C E-EF M	RUA DAS SAMAMBAIAS	1171	JD GUARUJA	4532281388
CASCADEL	CASCADEL	OLIVO FRACARO, C E C-M-E F M	RUA EDSON LUIZ FAVARIN	741	UNIVERSITARIO	4533247811
CASCADEL	CASCADEL	RIO DO SALTO, C E C DE-EF M	RUA DA GAVEA	1123	PQ MORUMBI	4532256662
CASCADEL	CASCADEL	SANTOS DUMONT, C E C-M-EF M	RUA BOTAFOGO	270	DIST RIO DO SALTO	4533521105
CASCADEL	CASCADEL	SAO CRISTOVAO, C E-EF M PROFIS	RUA CAPANEMA	550	SAO CRISTOVAO	4532273688
CASCADEL	CASCADEL	WILSON JOFFRE, C E-EF M N PROFIS	RUA RIO GRANDE DO SUL	52	CENTRO	4532253838
CASCADEL	CORBELIA	AMANCIO MORO, C E C-M-EF M N PROFIS	RUA MARGARIDA	504	CENTRO	4532422115
CIANORTE	CIANORTE	JOSE GUIMARAES, C E-EF M PROFIS	AV CORUJA	672	SEIS CONJUNTOS	4436296174
CIANORTE	CIANORTE	SAO LOURENCO, C E DO C-EF M	RUA TUCANO	542	DIST SAO LOURENCO	4436271174
CIANORTE	CIDADE GAUCHA	COSTA E SILVA, C E MAL-EF M PROF NORMAL	RUA VASCONCELOS JARDIM	1696	CENTRO	4436751430

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 82 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

CIANORTE	GUAPOREMA	ARNALDO BUSATO, C E-EF M ETI	RUA XV DE NOVEMBRO	14	CENTRO	4436841145
CIANORTE	RONDON	BARROSO, C E ALM - EF M	RUA LONDRES	769	CENTRO	4436722313
CIANORTE	SAO MANOEL DO PARANA	CAXIAS, C E DQ DE-EF ETI EM	RUA DOS INDIOS	390	CENTRO	4436441272
CORNELIO PROCOPIO	ASSAI	CARRAO, C E C-M CONS EFM ETI	RUA RIICHI TATEWAKI	755	CENTRO	4332621212
CORNELIO PROCOPIO	BANDEIRANTES	MAILON MEDEIROS, C E C-M PROF-EF M	RUA SAO PAULO	2394	CENTRO	4335424230
CORNELIO PROCOPIO	CONGONHINHAS	JOSE D DA COSTA, C E-EF ETI EM	AV MANOEL RIBAS	688	CENTRO	4335541117
CORNELIO PROCOPIO	CORNELIO PROCOPIO	POL MILITAR, C DA-E F M P	AV MINAS GERAIS	1295	CENTRO	4335242126
CORNELIO PROCOPIO	CORNELIO PROCOPIO	ZULMIRA MARCHESI SILVA, C E-EF ETI EM	RUA PORTUGAL	240	CENTRO	4335241944
CORNELIO PROCOPIO	NOVA FATIMA	ALOYSIO DE BARROS TOSTES, E E DR-EF ETI	RUA ANTONIO GRANDIS GATTI	119	CENTRO	4335521447
CORNELIO PROCOPIO	RANCHO ALEGRE	PAULINA PACIFICO BORSARI, C E-EF ETI EM	RUA SERGIPE	175	CENTRO	4335401326
CORNELIO PROCOPIO	SANTA AMELIA	TUDJA NHANDERU, E E IND CACIQUE-EI EF	TERRA INDIGENA LARANJINHA	0	RIBEIRAO GRANDE	
CORNELIO PROCOPIO	SANTA MARIANA	JOAQUIM M M ASSIS, C E-EF M ETI PROFIS	RUA ANTONIO MANOEL DOS SANTOS	335	CENTRO	4335311163
CURITIBA	CURITIBA	BRASILIO V DE CASTRO, C E PROF-EF M PROF	RUA SANTA ANGELA DE FOLIGNO	45	CIC	4132462021
CURITIBA	CURITIBA	EMILIO DE MENEZES, C E-EF M PROFIS	RUA JOSE ZALESKI	450	CAPAO RASO	4132485115
CURITIBA	CURITIBA	EUZEBIO DA MOTA, C E-EF M PROF	RUA CLARA TEDESCO	2773	BOQUEIRAO	4132764234
CURITIBA	CURITIBA	HILDEGARD SONDAHL, C E PROFA-EF M PROFIS	RUA JOAQUIM DE SIQUEIRA CORTES	62	CIC	4132495420
CURITIBA	CURITIBA	JOAO BETTEGA, C E-EF M ETI PROFIS N	RUA VISCONDE DO CERRO FRIO SN	0	NOVO MUNDO	4132469731
CURITIBA	CURITIBA	JOAO WISLINSKI, C E C-M PE-EF M N P	RUA FRANCIS BACON	7	SANTA CANDIDA	4132562649
CURITIBA	CURITIBA	LA SALLE, C E-EF M PROF	RUA DILERMANDO PEREIRA DE ALMEIDA	120	PINHEIRINHO	4133497160
CURITIBA	CURITIBA	NOSSA SRA DA SALETE, C E-EF ETI EM PROFI	AV PRES WASHINGTON LUIZ	620	JD SOCIAL	4132624221
CURITIBA	CURITIBA	PILAR MATURANA, C E-EF M P	RUA RIO GUAPORE	1689	BAIRRO ALTO	4132381132
CURITIBA	CURITIBA	POL MILITAR, C CEL P M F S MIR-EF M	RUA JOSE FERREIRA PINHEIRO	349	PORTAO	4133148050
CURITIBA	CURITIBA	POLIVALENTE DE CURITIBA, C E-EF M N	RUA SALVADOR FERRANTE	1664	BOQUEIRAO	4132761031
CURITIBA	CURITIBA	RIO BRANCO, C E-EF M ETI PROFIS N	RUA BISPO DOM JOSE	2426	BATEL	4132421812
CURITIBA	CURITIBA	SANTO ANTONIO, C E C-M-EF M	RUA AMADEU PIOTTO	270	CIC	4132853784

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 83 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

CURITIBA	CURITIBA	SAO PEDRO APOSTOLO, C E-EF M PROFIS	RUA PRIMEIRO DE MAIO	1160	XAXIM	4133468989
CURITIBA	CURITIBA	SEGISMUNDO FALARZ, C E C-M-EFMP	RUA ISAIAS REGIS DE MIRANDA	848	VL HAUER	4133761542
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	ALMIRO SARTORI, C E-EF M PROFIS	RUA POMBAS	440	PORTAL DA FOZ	4535264451
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	ARNALDO BUSATTO, C E DR-EF M N PROFIS	AV ARAUCARIA	7510	TRES LAGOAS	4535772442
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	CARMELITA S DIAS, C E C-M PROFA-EF M P	RUA PEDRO JOAO MEDEIROS	129	JD MARISA	4535776261
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	CATARATAS DO IGUAU, C E-EF M PROFIS	RUA HENRIQUE BERNARDELLI	300	TRES BANDEIRAS	4535266134
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	COSTA E SILVA, C E C-M PRES-EF M PROFIS	RUA DAS MISSOES	1000	JD AMERICA	4535734998
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	GUSTAVO D DA SILVA, C E-EF M PROFIS	RUA ROSALIA BERTOLINI WERTER	111	JD PATRIARCA	4535279854
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	JORGE SCHIMMELPFENG, C E-EF M P	AV POR DO SOL	1855	CJ LIBRA	4535253244
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	MARIANO C PAGANOTO, C E PROF-EF M PROFIS	RUA GASPAR	447	JD PETROPOLIS	4535244371
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	PEDRO II, C E DOM-EF M PROFIS	RUA BELFORT DUARTE	1660	PQ MORUMBI I	4535251188
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	PIONEIROS, C E-EF M_ETI	RUA PAULO SCHERTNER SN	0	JD ITALIA	4535251047
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	POL MILITAR DE FOZ DO IGUAU, C DA-EFMP	AV JORGE SCHIMMELPFENG	351	CENTRO	4535743371
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	SOL DE MAIO, C E C-M-EF M PROFIS	RUA PEDRO FRANCISCO KERU	120	TRES LAGOAS	4535772484
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	TANCREDO DE A NEVES, C E C-M-EF M N P	RUA JOSE CARLOS PACE	1866	PQ MORUMBI II	4535781011
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	TARQUINIO SANTOS, C E C-M-EF M PROFIS	RUA CARLOS WELTER	470	VL YOLANDA	4535237410
FOZ DO IGUAU	FOZ DO IGUAU	ULYSSES GUIMARAES, C E-EF M PROF	RUA BARTOLOMEU DE GUSMAO	3535	JD PANORAMA	4535252280
FOZ DO IGUAU	MATELANDIA	RUI BARBOSA, C E C-EF M_ETI	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	180	AGRO CAFEIRA	4532061150
FOZ DO IGUAU	MEDIANEIRA	BELO HORIZONTE, C E-EF M PROFIS	RUA OLAVO BILAC	690	BELO HORIZONTE	4532647442
FOZ DO IGUAU	MEDIANEIRA	OLAVO BILAC, C E-EF M_ETI	RUA PARA	2641	SAO CRISTOVAO	4532643965
FOZ DO IGUAU	SANTA TEREZINHA DE ITAIU	ANGELO ANTONIO BENEDET, C E C-M-EF M P	RUA DAS CAMELIAS	515	JD SANTA MONICA	4535411431
FOZ DO IGUAU	SANTA TEREZINHA DE ITAIU	ARCANGELO NANDI, C E C-M EFMP	RUA ALAGOAS	958	PQ DOS ESTADOS	4535413040
FOZ DO IGUAU	SANTA TEREZINHA DE ITAIU	CARLOS ZEWE COIMBRA, C E-EF M PROFIS	RUA DOS ESTUDANTES	1800	CENTRO	4535412664
FOZ DO IGUAU	SANTA TEREZINHA DE ITAIU	MANOEL KONNER, C E D-EF M N ETI PROFIS	RUA VENANCIO SMANIA	960	CENTRO	4535410257

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 84 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

FOZ DO IGUAÇU	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	PEDRO V PARIGOT DE SOUZA, C E-EF M PROF	RUA AFONSO ALVES CAMARGO	483	CENTRO	4535652456
FOZ DO IGUAÇU	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	PEDRO AMERICO, C E C-EF M_ETI	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO	695	JARDINOPOLIS	4532361125
FRANCISCO BELTRAO	BARRACAO	LEONOR CASTELLANO, C E PROFA-EFM	RUA PADRE WANGEL	30	CENTRO	4936444292
FRANCISCO BELTRAO	CAPANEMA	ROCHA POMBO, C E-EF ETI EM N	AV ESPIRITO SANTO	1205	CENTRO	4635521655
FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO	BEATRIZ BIAVATTI, C E C-M-EF M	RUA ELIAS SCALCO	989	VILA NOVA	4635231940
FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO	CENTRO EST ED PROFIS DO SUDOESTE DO PR	LINHA SANTA BARBARA SN	0	0	4684074274
FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO	CRISTO REI, C E-EF M ETI	RUA PADRE REUS	174	CRISTO REI	4635232864
FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO	EDUARDO VIRMOND SUPPLY, C E DR-EF M P	RUA SAO PAULO	1135	CENTRO	4635232851
FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO	JOAO PAULO II, C E-EF M	RUA FRANCISCO BORGHEZAN	211	JUPITER	4635273794
FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO	VICENTE DE CARLI, C E C-M PROF-EF M	RUA SANTO ANTONIO	1441	SAO MIGUEL	4635241160
FRANCISCO BELTRAO	MANFRINOPOLIS	SAO CRISTOVAO, C E-EF ETI EM	RUA ERNESTO PANZERA SN	0	SAO DOMINGOS	4635621103
FRANCISCO BELTRAO	PLANALTO	JOAO ZACCO PARANA, C E C-M-EF M	AV RIO GRANDE DO SUL	111	JOAO ZACCO	4635551262
FRANCISCO BELTRAO	SANTA IZABEL DO OESTE	GUILHERME DE ALMEIDA, C E-EM ETI N P	RUA GUABIROBEIRA	765	CENTRO	4635421579
FRANCISCO BELTRAO	SANTA IZABEL DO OESTE	MARICA, E E MARQUES DE-EF ETI	RUA ACACIA	2043	CENTRO	4635421945
GOIOERE	JANIOPOLIS	PEDRO II, E E D-EF ETI	RUA ACRE	609	CENTRO	4435531377
GUARAPUAVA	GUARAPUAVA	FRANCISCO C MARTINS, C E-M P	RUA DR LARANJEIRAS	916	CENTRO	4236232466
IBAITI	CONSELHEIRO MAIRINCK	MACARIA, E E DONA-EF	RUA DR NATEL DE CAMARGO	141	CENTRO	4335611376
IBAITI	FIGUEIRA	ALVINA PRESTES, C E PROF-EF M ETI N	RUA DR ZOIL MEIRA SIMOES	549	CENTRO	4335471432
IBAITI	FIGUEIRA	ANITA A PACHECO, C E-E F M ETI	RUA PESSEGUEIRO	969	JD AURORA	4335471489
IBAITI	IBAITI	CENTRO EST EDUC PROFIS SEIJI HATTANDA	RUA THEODOMIRO EUGENIO ASTH	180	FLAMENGUINHO	4335464516
IBAITI	JAPIRA	JOAQUIM P OLIVEIRA, C E CEL-EF M ETI	RUA RUI BARBOSA	696	CENTRO	4335551200
IBAITI	PINHALAO	LEONARDO F NOGUEIRA, C E-E M N	RUA JOSE PEREIRA DOS SANTOS	336	CENTRO	4335691187
IBAITI	SIQUEIRA CAMPOS	SAGRADA FAMILIA, C E -E F M PROFIS	RUA QUINTINO BOCAIUVA	1376	CENTRO	4335714056
IRATI	FERNANDES PINHEIRO	ANGAI, C E C DE-EF M	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK	0	ANGAI	4234595034
IRATI	GUAMIRANGA	FRANCISCO RAMOS, C E-EF M PROFIS	AV 16 DE NOVEMBRO	300	CENTRO	4234381197
IRATI	IRATI	ANTONIO LOPES JUNIOR, E E-EF	RUA DAS CASTANHEIRAS	80	VL SAO JOAO	4234227075
IRATI	IRATI	CAXIAS, C E C-M DQ-EF M PROF	RUA XV DE NOVEMBRO	810	CENTRO	4234227879

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 85 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

IVAIPORA	CANDIDO DE ABREU	ARY B CARNEIRO, C E-EF M PROFIS	RUA JOAO CORREIA DOS SANTOS	206	BELA VISTA	4334761115
IVAIPORA	IVAIPORA	ANTONIO DINIZ PEREIRA, C E C-M-EF M	RUA PAULISTA	600	JD BRASILIA	4334729412
IVAIPORA	IVAIPORA	CERRO AZUL, C E BARAO DO-EFM ETI	PC PROF MILTON PIROLO	385	CENTRO	4334727249
IVAIPORA	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	RUA MAUA	25	DIST JACUTINGA	4334711018
IVAIPORA	RIO BRANCO DO IVAI	RIO BRANCO, C E-EF M	RUA RIO TOCANTINS	393	CENTRO	4334671196
IVAIPORA	SAO PEDRO DO IVAI	MARIZA, C E C-EF M	RUA SEBASTIAO DE MENEZES SN	0	DIST MARISA	4334516063
IVAIPORA	SAO PEDRO DO IVAI	VICENTE MACHADO, C E C-M-EF M	RUA PEDRO PAULO SOBRINHO	650	CENTRO	4334511241
JACAREZINHO	CAMBARA	ANGELINA R VEZOZZO, C E-EF M	RUA DA COMUNIDADE	100	VL ROTARY	4335325389
JACAREZINHO	CAMBARA	LUCY REQUIAO M E SILVA, C E-EF M ETI	RUA HERMINIO HAGGI	400	IGNES PANICHI HAMZ	4335324006
JACAREZINHO	JACAREZINHO	LUIZ SETTI, C E-E F M P N	RUA ALMIRANTE BARROSO	499	VL SETTI	4335252013
JACAREZINHO	SANTO ANTONIO DA PLATINA	UBALDINO DO AMARAL, C E DR-EF M	RUA PRINCIPAL SN	0	DIST DE PINHALITO	4599927772
LARANJEIRAS DO SUL	DIAMANTE DO SUL	IRMA RODRIGUES DA CRUZ, C E C -EFM	AV GETULIO VARGAS SN	0	CENTRO	4532301154
LARANJEIRAS DO SUL	DIAMANTE DO SUL	OSORIO DUQUE ESTRADA, C E C-M-EF M	RUA BELO HORIZONTE	423	CENTRO	4635531113
LARANJEIRAS DO SUL	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	ALVARO N DE CAMARGO, C E-EF M	RUA PE GIULIANO SINCINI	334	CENTRO	4236371129
LARANJEIRAS DO SUL	NOVA LARANJEIRAS	RUI BARBOSA, C E-EF M	AV DAS ARAUCARIAS SN	0	SALTO OSORIO	4635321141
LARANJEIRAS DO SUL	QUEDAS DO IGUACU	CASTRO ALVES, C E-EF M ETI	RUA ROMEIRA	2940	VL JOHN KENNEDY	4635325139
LARANJEIRAS DO SUL	QUEDAS DO IGUACU	VILA JOHN KENNEDY, C E C-M DA-EF M	RUA XV DE NOVEMBRO	889	CENTRO	4236531152
LARANJEIRAS DO SUL	RIO BONITO DO IGUACU	LUDOVICA SAFRAIDER, C E-EF M	ROD PR 182 - KM 05	0	SECAO C	4434298300
LOANDA	DIAMANTE DO NORTE	CENTRO EST EDUC PROFIS DO NOROESTE	RUA VER JOSE TEIXEIRA ALVES	171	CENTRO	4434351246
LOANDA	PLANALTINA DO PARANA	ARTHUR DA C SILVA, C E MAL-EF ETI EM N	AV CELSO ROMAO DE OLIVEIRA	1383	CENTRO	4434271310
LOANDA	PORTO RICO	MANOEL ROMAO NETTO, C E-EF M	RUA OSVALDO BERTOZZI	689	CENTRO	4434622030
LOANDA	QUERENCIA DO NORTE	CASTRO ALVES, C E-EF M	RUA OSVALDO BERTOZZI	689	CENTRO	4434622030
LOANDA	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	IVAINA, C E C DE-EF M	AV UNIAO	159	DIST IVAINA	4434526005
LOANDA	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	SANTOS DUMONT, C E C-M-EF M	RUA SANTOS DUMONT	757	CENTRO	4434521377
LOANDA	SANTA ISABEL DO IVAI	NARCIZO MENDES, C E C-EF M	AV PARANA SN	0	DIST SAO JOSE IVAI	4434541118
LOANDA	SAO PEDRO DO PARANA	JOSE DE ANCHIETA, E E C PE-EF	AV PARANA SN	0	DIST PORTO S JOSE	4434441263

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 86 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

LONDRINA	CAMBE	11 DE OUTUBRO, C E C-M-EF M PROFIS	RUA PROF BENTO MUSSURUNGA	608	J NOVO BANDEIRANTE	4332513228
LONDRINA	CAMBE	ATTILIO CODATO, C E C-M-EF M	RUA RIACHO FUNDO	408	JD ALVORADA	4332544246
LONDRINA	CAMBE	GERALDO FERNANDES, C E D-EF M ETI	RUA GOIOERE	129	JD SILVINO	4332512776
LONDRINA	CAMBE	MANUEL BANDEIRA, C E C-M-EF M	RUA MAL EURICO GASPARDUTRA	230	JD RIAN	4332512124
LONDRINA	IBIPORA	TEOTHONIO B VILELA, C E-EF M ETI	RUA ALCIDES PELISSON	85	CJ H MIGUEL ANTICO	4332584886
LONDRINA	IBIPORA	UNIDADE P KAROLINE V A LUAN A S,C E-EFMP	AV ENG FRANCISCO GUTIERREZ BELTRAO	1005	JD ALVORADA	4332582524
LONDRINA	JAGUAPITA	WALDEMIRO PEDROSO, E E DR-EF	AV MANOEL RIBAS	390	CENTRO	4332721457
LONDRINA	LONDRINA	ADELIA D BARBOSA, C E C-M PROFA-EF M P	RUA AURELIO BUARQUE DE HOLANDA	670	C H PARIGOT SOUZA	4333487557
LONDRINA	LONDRINA	CAMPUS UNIVERSIDADE EST DE LONDRINA - CECA				
LONDRINA	LONDRINA	CENTRO EST EDU PROF P MARIA R CASTALDI	AV ARTHUR THOMAZ	1181	JD JAMAICA	4333380011
LONDRINA	LONDRINA	CLEIA GODOY F SILVA, C E PROFA-EF M	RUA ANTONIO THEODORO DE ALMEIDA CAMARGO	315	JD TAROBA	4333411772
LONDRINA	LONDRINA	DARIO VELLOZO, C E-EF M ETI	RUA LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA	336	JD ITAMARATY	4333274557
LONDRINA	LONDRINA	EUZEBIO B DE MENEZES, C E CAP-EF M	RUA VASCO DA GAMA	165	DIST SAO LUIS	4333989135
LONDRINA	LONDRINA	FERNANDO DE B PINTO, C E C-M DR-EF M	RUA PEDRO PESCADOR	405	CJ JACOMO VIOLIN	4333560622
LONDRINA	LONDRINA	JOSE A ARAGAO, C A P DA UEL PROF-EFMP	RUA PIAUI	720	CENTRO	4333716785
LONDRINA	LONDRINA	JOSE CARLOS PINOTTI, C E PROF-EF M	RUA CARLOS BERGOSSI	360	JD DOS PASSAROS	4333284020
LONDRINA	LONDRINA	JOSEMARIA ESCRIVA, C E C-M MONS-EF M	RUA LUIZ VICENTE AMADEU GONGORA	95	JD PACAEMBU II	4333390999
LONDRINA	LONDRINA	LUCIA B LISBOA, C E PROFA-EF M	RUA ARACI DE ALMEIDA	30	MANOEL GONCALVES	4333487786
LONDRINA	LONDRINA	MARIA HELENA DAVATZ, C E PROFA-EF M	RUA GINEZ NAVARRO	28	DIST LERROVILLE	4333982037
LONDRINA	LONDRINA	NEWTON GUIMARAES, C E C-M PROF-EF M	RUA GUARUJA	228	JD FLORIDA	4333242263
LONDRINA	LONDRINA	VANI RUIZ VIESSI, C E C-M PROFA-EF M	RUA GIUSEPPE VITTORI	165	CJ SAO LOURENCO	4333412590
LONDRINA	PORECATU	MALVINO DE OLIVEIRA, C E PRF-EF M ETI P	RUA PRES CASTELO BRANCO	780	CENTRO	4336231096
LONDRINA	SERTANOPOLIS	MACHADO DE ASSIS, C E-EF M PROF	RUA RIO DE JANEIRO	411	CENTRO	4332321190

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 87 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

MARINGA	COLORADO	CECILIA MEIRELES, C E C-M-EF M PROFIS	RUA AMAZONAS	851	CENTRO	4433231498
MARINGA	FLORESTA	ARTHUR C E SILVA, E E C-M PRES-EF	RUA PLINIO ARION PESSOA	921	CENTRO	4432361450
MARINGA	IVATUBA	SAO FRANCISCO DE ASSIS, C E-EF M ETI	RUA MARECHAL FLORIANO	959	CENTRO	4432731122
MARINGA	LOBATO	OSVALDO ARANHA, E E C-M - EF ETI	RUA CASTRO ALVES	728	CENTRO	4432491306
MARINGA	MANDAGUARI	VERA CRUZ, C E-EF M ETI P N	RUA GOMERCINDO BORTOLANZA	779	CENTRO	4432333937
MARINGA	MARIALVA	JURACY R S ROCHA, C E-EF M PROFIS	RUA JOAO MORAES DA SILVA	50	C HAB MARIALVA II	4432323547
MARINGA	MARINGA	CAXIAS, C E C-M DQ DE-EF M PROFIS	RUA MAL MASCARENHAS DE MORAES	925	JD ALVORADA	4432466870
MARINGA	MARINGA	KENNEDY, C E PRES-EF ETI EM P	AV MANDACARU	160	MANDACARU	4432621754
MARINGA	MARINGA	POL MILITAR, C DA-EF M	AV MONTEIRO LOBATO	695	ZONA 8	4432274143
MARINGA	MARINGA	VITAL BRASIL, C E-EF M	RUA MARECHAL DEODORO	865	ZN 07	4432273314
PARANAGUA	GUARATUBA	29 DE ABRIL, C E C-M-EF M P	RUA NOSSA SENHORA DE LOURDES	292	CENTRO	4134422357
PARANAGUA	GUARATUBA	ANIBAL KHURY, C E DEP-E F M P	RUA FRANCISCO GUNZ	416	COROADOS	4134726422
PARANAGUA	PARANAGUA	ARTHUR M RAMOS, C E DR-EF M	RUA DOS FLAMBOYANTES	101	JD SAMAMBAIA	4134236362
PARANAGUA	PARANAGUA	DIDIO A DE C VIANA, E E C-M-EF	AV BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO SN	0	PQ SAO JOAO	4134236911
PARANAVAI	CRUZEIRO DO SUL	ROMARIO MARTINS, C E DR-EF M ETI	RUA VER JAIR DE CARVALHO	613	CENTRO	4434651630
PARANAVAI	NOVA ALIANCA DO IVAI	CAETANO M DA ROCHA, C E DR-EF M	AV ARISTEU ALVES	163	CENTRO	4434331141
PARANAVAI	NOVA ESPERANCA	SAO VICENTE DE PAULA, C E-EF M N PROFIS	AV ROCHA POMBO	550	CENTRO	4432524353
PARANAVAI	PARANAVAI	CURITIBA, C E-EF M ETI	RUA AMADOR AGUIAR	909	JD PANORAMA	4434228234
PARANAVAI	PARANAVAI	FLAUZINA DIAS VIEGAS, C E C-M-EF M	AV MAUA	125	JD MORUMBI	4434236227
PATO BRANCO	CLEVELANDIA	CENTRO EST EDUC PROFIS ASSIS BRASIL	RUA JOSE ZILIO	97	SAO SEBASTIAO	4632521421
PATO BRANCO	CLEVELANDIA	JOAO XXIII, C E-EF M ETI P	RUA DA LIBERDADE	471	CENTRO	4632521431
PATO BRANCO	HONORIO SERPA	ELIAS ABRAHAO, E E-EF	RUA ELPIDIO DOS SANTOS	544	CENTRO	4632451280
PATO BRANCO	PATO BRANCO	AGOSTINHO PEREIRA, C E PROF-EF M PROFIS	RUA DR SILVIO VIDAL	252	CENTRO	4632252128
PATO BRANCO	PATO BRANCO	LA SALLE, C E-EF M				
PATO BRANCO	PATO BRANCO	PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	RUA ARGENTINA	724	JD PRIMAVERA	4632242483
PITANGA	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	ADONIS MORSKI, C E-EF M PROFIS	RUA JOSE MATHIAS GOMES	220	CENTRO	4236521023

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 88 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

PITANGA	PALMITAL	JOAO C DA COSTA, C E C-M-EF M	RUA MOISES LUPION	885	CENTRO	4236571283
PONTA GROSSA	IMBITUVA	SANTO ANTONIO, C E EF M PROFIS	AV 7 DE SETEMBRO	530	CENTRO	4234361178
PONTA GROSSA	IPIRANGA	LUIZ DE JESUS CORREIA, C E C - E F M	EST PRINCIPAL DE COATIS	0	COATIS	
PONTA GROSSA	IVAI	ARTHUR DA C E SILVA, C E-EF ETI EM P	RUA EXPEDICIONARIO BRUNO ESTRIFICA	282	CENTRO	4232471441
PONTA GROSSA	PIRAI DO SUL	LEANDRO M DA COSTA, C E C-M PROF-EF M P	AV 5 DE MARCO	170	CENTRO	4232371170
PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	AMALIO PINHEIRO, C E PROF-EF M ETI	PC GETULIO VARGAS	183	NOVA RUSSIA	4232241682
PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	ANA DIVANIR BORATTO, C E-EFM	RUA ANDORINHA	666	VL BORATO	4232398649
PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	CORREIA, C E SEN-EF M ETI P	PRACA ROOSEVELT SN	0	CENTRO	4232241458
PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	MONTEIRO LOBATO, E E-EF	RUA AMANTE GARCIA	330	JD CARVALHO	4232383579
PONTA GROSSA	PORTO AMAZONAS	AMAZONAS, C E C-M CEL-EF M P	RUA MANOEL RIBAS	213	CENTRO	4232561123
TOLEDO	MARECHAL CANDIDO RONDON	ERON DOMINGUES, C E-EF M N PROFIS	RUA MEM DE SA	1615	CENTRO	4532543229
TOLEDO	MARECHAL CANDIDO RONDON	MARGARIDA, C E DO C-EF M	RUA BANDEIRANTES	5433	DIST MARGARIDA	4532831170
TOLEDO	MARECHAL CANDIDO RONDON	MONTEIRO LOBATO, C E-EF M ETI	RUA DAS CANELAS	295	LT SANTA MARIA	4532544970
TOLEDO	MERCEDES	ERONILDES FRANCENER, E E C-EF ETI	RUA WILLY BARTH	360	TRES IRMAS	4532568605
TOLEDO	NOVA SANTA ROSA	GASPAR DUTRA, C E MAL-EF M PROFIS	AV TUCUNDUVA	1200	CENTRO	4532531180
TOLEDO	OURO VERDE DO OESTE	OURO VERDE, C E DE-EF M PROFIS	RUA SAO PAULO	181	CENTRO	4532511371
TOLEDO	PALOTINA	EUGENIO GARMATZ, C E DO C PROF-EF ETI EM	RUA JOSE BEAL	378	DIST SAO CAMILO	4436861252
TOLEDO	PALOTINA	SANTO AGOSTINHO, C E-EF M ETI P N	RUA GENERAL RONDON	797	CENTRO	4436496060
TOLEDO	SANTA HELENA	SANTOS DUMONT, C E C-EF M	RUA LUIZ FERRARI SN	0	DIST MORENINHA	4532651121
TOLEDO	SANTA HELENA	SAO ROQUE, C E C-EF M	RUA ERICO VERISSIMO	183	DIST SAO ROQUE	4532761195
TOLEDO	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	SAO JOSE, C E-EF ETI EM	RUA FRANCISCO ANGELO	1020	CENTRO	4532591233
TOLEDO	SAO PEDRO DO IGUAQU	SAO PEDRO, C E-EF ETI EM	RUA RIO DE JANEIRO	705	CENTRO	4532551332
TOLEDO	TOLEDO	ANTONIO J REIS, C E C-M-EF M	RUA ERNESTO DALLA COSTA	123	JD BELO HORIZONTE	4532526337
TOLEDO	TOLEDO	CASTELO BRANCO, C E PRES-EM N PROFIS	RUA GUAIRA	3275	JD LA SALLE	4532522174
TOLEDO	TOLEDO	JOAO ARNALDO RITT, C E C-M-EF M	RUA BENTO GONCALVES	650	DIST VILA NOVA	4532691335
TOLEDO	TOLEDO	LUIZ AUGUSTO M REGO, C E C-M-EF M PROFIS	RUA ALMIRANTE BARROSO	1551	CENTRO	4532520274

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 89 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

TOLEDO	TOLEDO	NOVO HORIZONTE, C E C-M-EF M PROFIS	RUA PACIFICO DEZEM	428	JD COOPAGRO	4532775314
TOLEDO	TOLEDO	TOLEDO, C A E DE-EM PROF INTEGRADO	ESTRADA NARCISO ANTONIO CASAROTTO	1911	JARDIM PANORAMA	4532781956
UMUARAMA	ALTO PIQUIRI	JOAO XXIII, C E PAPA- E M ETI N P	RUA SEBASTIAO P DE OLIVEIRA	1163	CENTRO	4436561231
UMUARAMA	ALTO PIQUIRI	VINICIUS DE MORAES, E E DO C-EF	RUA PAJE	328	DT SALTINHO OESTE	4435811134
UMUARAMA	CRUZEIRO DO OESTE	TAMANDARE, C E ALM- EFM ETI P	RUA ROCHA POMBO	85	CENTRO	4436761300
UMUARAMA	FRANCISCO ALVES	BAIRRO CATARINENSE, C E C DO-EF M	AV PRINCIPAL SN	0	CATARINENSE	
UMUARAMA	IPORA	ANTENOR P DOS SANTOS, C E DR-EF ETI EM	RUA KATSUO NAKATA	2257	ALTO IPIRANGA	4436521345
UMUARAMA	PEROBAL	ANA NERI, C E-EF ETI EM	RUA GUILHERME BRUXEL	783	CENTRO	4436251344
UMUARAMA	UMUARAMA	APED-CENSE UMUARAMA - CEEBJA UMUARAMA	AV MARINGA	4540	CENTRO	4436231566
UMUARAMA	UMUARAMA	IZABEL, E E PRINC-EF	RUA FLORIANOPOLIS	6085	ALTO SAO FRANCISCO	4436225058
UMUARAMA	UMUARAMA	MANUEL DA NOBREGA, C E C-M PE-EF M	AVENIDA DA ESTACAO	1750	ZN VI	4436397372
UMUARAMA	UMUARAMA	PARQUE JABUTICABEIRA, C E-EF M	RUA FLOR DO IPE	1471	PQ JABUTICABEIRA	4436225043
UMUARAMA	UMUARAMA	PEDRO II, C E-EF M PROFIS	AV DUQUE DE CAXIAS	5910	ALTO SAO FRANCISCO	4436225461
UNIAO DA VITORIA	UNIAO DA VITORIA	GIUSEPPE BUGATTI, C E PE-EF ETI EM	BR 476 KM 225 SN	0	OURO VERDE	4235247471

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 90 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Anexo VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 669/2026	PROTOCOLO N.º 25.328.698-9
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, localizado à Rua dos Funcionários, 1323, Cabral, CEP 80.035-050, Curitiba/Paraná, aqui representado pela Senhora Eliane Teruel Carmona, Diretora-Presidente do FUNDEPAR, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 669/2026 homologado pela sua Diretora-Presidente, para a futura e a eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo VI – Barra de banana com cacau, sem adição de açúcares, barra de banana com morango, sem adição de açúcares, barra de amendoim/paçoca, sem adição de açúcares, biscoito amanteigado sabor coco, biscoito amanteigado sabor leite, biscoito amanteigado sabor maçã com canela, biscoito maizena de chocolate, biscoito de polvilho salgado e cereal de milho flocado sem açúcar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar** nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo XXIV – Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose; Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose; Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose; Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose; Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

1- : Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 91 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
1						

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
1						

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, nos termos do art. 299 do Decreto 10.086/2022, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – DO COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado, de **18/03/2026**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 92 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e dos órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CADASTRO DE RESERVA

11. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 93 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14. O Pregão Eletrônico nº 669/2026 é realizado pelo Pregoeiro(a) Saionara Cristina Bocalon, designada na Portaria n.º 579/2025, publicada no DIOE Executivo edição n.º 12.019 de 30/10/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente Fundepar
Decreto 3270/2023

Saionara Cristina Bocalon
Pregoeira Fundepar
Portaria 579/2025

FORNECEDORES

LOTE/Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 94 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva**

PROCESSO LICITATÓRIO PE 669/2026

PROTOCOLO 25.328.698-9

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 95 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, com sede na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com rua Recife, Bairro Cabral, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.112.109/0001-53, neste ato representado pela sua Diretora-Presidente, Senhora Eliane Teruel Carmona, nomeada pelo Decreto n.º 3270/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 797.219.159-04, portadora da carteira de identidade n.º 4.892.128-0.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 669/2026 (protocolo n.º **25.328.698-9**) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios do Grupo XXIV – Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com arroz, feijão, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Refeição individual com macarrão ou purê de batata ou risoto, vegetais e proteína vegetal - congelada – vegana, sem glúten e lactose; Bolo simples - congelado – vegano, sem glúten e lactose; Sanduíche com proteína animal - congelado - sem glúten e lactose; Sanduíche vegano - congelado - sem glúten e lactose; Torta salgada com proteína animal - congelada - sem glúten e lactose; Torta salgada vegana - congelada - sem glúten e lactose; Pão de queijo vegano - congelado - sem glúten e lactose, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXXX	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1					R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 669/2026, objeto do processo administrativo n.º **25.328.698-9**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXX], de [XXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. 760/761 deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverão ser fornecidos de forma parcelada em até 20 (vinte) dias, conforme descrito no item 1.4 – Do fornecimento do Termo de Referência (Anexo I)

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**.

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado de **18/03/2026**.

5.1.2. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 Os itens serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, no prazo de até 20 (vinte) dias, para realização de inspeção e coleta de amostras por responsável técnico do laboratório contratado pelo Fundepar, a fim de verificar as conformidades descritas no Manual de Especificação Técnica.

7.3 O recebimento definitivo pelo Fundepar se dará no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a conferência das guias de entrega e verificação do atendimento às exigências contratuais.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

Programa de Trabalho: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

Subitem de Despesa: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

Fonte de Recursos: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de XXXX (XXXX), contados de __/__/____ a __/__/____, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, conforme Manual de Especificação Técnica, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e validade;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990). Em caso de notificação de não conformidade, o fornecedor deverá realizar a substituição do produto que evidencie o vício/dano no local onde ocorreu o fato;

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, ou no prazo estabelecido no Termo de Referência, o objeto que apresentar avarias, defeitos ou vícios, quando notificado pela Administração, em conformidade com o disposto no item 10.1.2.

10.1.4 Caso o fornecedor não realize a coleta do(s) produto(s) com avaria ou defeito dentro do prazo estipulado no item 10.1.3, e considerando que o armazenamento de produtos danificados ou com possível contaminação representa risco à segurança sanitária do estoque e da alimentação escolar, será autorizado às escolas procederem com o descarte do(s) item(s) comprometido(s), a fim de preservar a saúde dos estudantes e a integridade dos demais gêneros armazenados.

10.1.5 – Comunicar formalmente ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, quaisquer ocorrências que possam impossibilitar o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória. As comunicações efetuadas após o início do prazo de entrega não serão consideradas para efeito de prorrogação, podendo o fornecedor responder pelo descumprimento das obrigações contratuais, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

10.1.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.10.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.10.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.10.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.11 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.12 Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.13 Apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite de proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

10.1.14 Atentar aos itens referentes à Matriz de Risco de nível médio alocado ao Contratado de inexecução e rescisão do contrato devido às possibilidades diversas oriundas do fornecedor.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 98 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

10.2 São obrigações do Contratante:

- 10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.3 Verificar minuciosamente, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;
- 10.2.12 Atentar aos itens referentes à Matriz de Risco de nível Médio alocados à Administração relacionados à indisponibilidade de recursos financeiros e ao atraso nos processos licitatórios.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 99 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

I = (TX)

I = (6/100)
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 Os pagamentos e as notas fiscais emitidas ocorrerão à conta do FUNDEPAR, de acordo com orientações da contratante.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

12.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.2.2 seguro-garantia;

12.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

12.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total (inciso IV do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021), incluído pela Lei Federal nº 14.770/2023.

12.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

12.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

12.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 100 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 Será admitida, de forma excepcional, a subcontratação exclusiva do serviço de transporte dos produtos de acordo com o item 14.2 do termo de Referência;

15.3.1 A subcontratação autorizada refere-se exclusivamente à logística de entrega, compreendendo apenas os serviços de transporte dos bens, não se aplicando ao objeto principal da contratação. Permanece, portanto, vedada a subcontratação total dos itens licitados, conforme estabelecido no item 14.1, em razão das especificações técnicas e da natureza do objeto.

15.3.2 A subcontratação do transporte não transfere à empresa subcontratada qualquer responsabilidade direta perante o Contratante, sendo a empresa Contratada integralmente responsável pela execução do objeto contratado, incluindo o cumprimento dos prazos, os locais de entrega e a qualidade dos produtos

15.4 A subcontratada deve apresentar os mesmos requisitos de habilitação do Contratado.

15.4.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.4.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 102 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 103 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

Protocolo nº 25.328.698-9 EDITAL (Página 104 de 104)
Pregão Eletrônico nº 669/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90669/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO X

DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal